ESPAÇO RURAL

Nº 173
Periodicidade Bimestral
JULHO/AGOSTO
2026 · Distribuição Gratuita

Revista da Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL

CONFAGRI



NOVO QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL 2028-2034 PODE COLOCAR A POLÍTICA AGRÍCOLA EM RISCO

DESTAQUE
Plano Nacional do Restauro da Natureza: Até Onde Vamos Querer Restaurar?

ATUALIDADE
Mulheres na Liderança Cooperativa – Testemunhos de Dirigentes do Sector Cooperativo Agrícola

DESTAQUE
CONFAGRI Promove Encontro Nacional do SNIRA para Debater Resposta do Sector Pecuário Face às Crises Sanitárias

ATUALIDADE
Agrosemana Regressa em setembro e Reforça o Seu Papel na Valorização da Produção Nacional

CONSULTE ESTA EDIÇÃO DA REVISTA

pepac 23.27 Plano Estratégico da Política Agrícola Comum
REPÚBLICA PORTUGUESA
UNIÃO EUROPEIA Fundos Europeus Agrícolas

IFAP
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.

Faça parte da Digitalização da agricultura com dados abertos

Objetivos da partilha de dados

- **Criação de novas soluções baseadas em dados**
- **Monitorização de políticas**

Dados a partilhar

- **Produtividade por cultura**
- **Análises de solo**
- **Fertilização**
- **Consumos de água**

Os dados partilhados serão previamente agregados e ficarão disponíveis para utilização aberta a qualquer utilizador, desde agricultores, empresas, investigadores à administração pública.

RAIZ.Digital Programa de Transformação
PRR Plano de Recuperação e Resiliência
REPÚBLICA PORTUGUESA AGRICULTURA E MAR
Financiado pela União Europeia NextGenerationEU

OS DESAFIOS DO SECTOR AGROALIMENTAR NA PRESIDÊNCIA IRLANDESA DA UNIÃO EUROPEIA



Idalino Leão
Presidente do Conselho de Administração da CONFAGRI

A Presidência Irlandesa do Conselho da União Europeia, iniciada em julho de 2026, enfrenta importantes desafios no sector agroalimentar europeu.

Num contexto marcado por incertezas geopolíticas, pressão sobre os mercados agrícolas, exigências ambientais crescentes e necessidade de reforçar a segurança alimentar, a presidência irlandesa deve procurar colocar a agricultura e a alimentação no centro da agenda europeia.

Os Irlandeses já afirmaram que o sector agroalimentar desempenha um papel estratégico na competitividade económica da União, no desenvolvimento das zonas rurais e na garantia do abastecimento alimentar aos cidadãos europeus, mas precisamos de passar das palavras aos atos.

Um dos maiores desafios é a definição da futura Política Agrícola Comum (PAC). O mandato da Presidência Irlandesa deve centrar-se em defender uma PAC que continue a garantir rendimentos justos aos agricultores, assegure mais investimento na produção de alimentos de qualidade e contribua para garantir a resiliência da agricultura europeia. Ao mesmo tempo, pretende simplificar as regras e reduzir a carga administrativa enfrentada pelos agricultores, uma preocupação amplamente partilhada em vários Estados-Membros.

Outro tema prioritário é o fortalecimento da competitividade do sector agroalimentar europeu. Os produtores enfrentam custos elevados de produção, forte concorrência internacional e crescente volatilidade dos mercados. A Presidência Irlandesa deve promover políticas de investimento no sector que permitam aumentar a produtividade e a inovação, preservando simultaneamente elevados padrões de qualidade, segurança alimentar e bem-estar animal.

A estratégia europeia para a pecuária e o plano de proteínas devem constituir também uma das prioridades centrais. O objetivo é reforçar a resiliência e a sustentabilidade destes sectores, reduzindo dependências externas e aumentando a autonomia estratégica da União em matéria de produção alimentar. A Irlanda tem de alavancar um sector pecuário forte que é fundamental para a segurança alimentar europeia e para a vitalidade das comunidades rurais.

Por fim, a Presidência Irlandesa não pode esquecer a renovação geracional. O envelhecimento da população agrícola e a necessidade de atrair jovens para o sector exigem políticas que promovam maior inclusão, igualdade de oportunidades e inovação.

A Presidência Irlandesa de 2026 enfrenta o enorme desafio de promover o reconhecimento do agricultor como produtor de bens públicos, conciliando competitividade, segurança alimentar, sustentabilidade, estabilidade e coesão social. Só assim será possível construir um sector agroalimentar mais resiliente, competitivo e preparado para responder aos desafios futuros da União Europeia. ●

ÍNDICE

ESPAÇORURAL N.º 173
Revista da Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL

2026

JULHO/AGOSTO

03 EDITORIAL
IDALINO LEÃO
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONFAGRI



05 DESTAQUE
PLANO NACIONAL DO RESTAURO DA NATUREZA: ATÉ ONDE VAMOS QUERER RESTAURAR?

09 MULHERES QUE CULTIVAM O FUTURO
MULHERES NA LIDERANÇA COOPERATIVA: UMA PRESENÇA QUE SE AFIRMA

12 DIVULGAÇÃO
CONFAGRI REFORÇA A VALORIZAÇÃO DO SECTOR AGROALIMENTAR NA FEIRA NACIONAL DE AGRICULTURA 2026

14 DESTAQUE
19.º ENCONTRO NACIONAL DO SNIRA DEBATE RESPOSTA DO SECTOR PECUÁRIO FACE ÀS CRISES SANITÁRIAS

16 ENTREVISTA
UDACA – UNIÃO DAS ADEGAS COOPERATIVAS DO DÃO

20 ATUALIDADE
A FEIRA AGRÍCOLA DO NORTE ESTÁ DE REGRESSO AO ESPAÇO AGROS
AGROSEMANA REGRESSA EM SETEMBRO PARA A 12.ª EDIÇÃO E REFORÇA O SEU PAPEL NA VALORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL

21 DIVULGAÇÃO
CONFAGRI PARTICIPA NA 3.ª EDIÇÃO DA EXPOAGRIBAR E REFORÇA VALORIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO AGRÍCOLA

22 TEMA DE CAPA
NOVO QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL 2028-2034 PODE COLOCAR A POLÍTICA AGRÍCOLA EM RISCO

26 ENTREVISTA
CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DA COSTA AZUL

30 EM FOCO
CIMEIRA DO LEITE DA LACTOGAL
DEBATE O FUTURO DA FILEIRA E DESTACA INOVAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E CONHECIMENTO

31 DIVULGAÇÃO
CONFAGRI PARTICIPA NA PRIMEIRA EDIÇÃO **DA FEIRA AGRÍCOLA DE BRAGANÇA**

32 ATUALIDADE
PRÉMIOS PORCO D'OURO 2026 DISTINGUEM EXCELÊNCIA E HOMENAGEIAM A RESILIÊNCIA DA SUINICULTURA

34 PROJETOS CONFAGRI
CONFAGRI PROMOVE WORKSHOPS **PARA DEMOCRATIZAR A UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS DIGITAIS NA AGRICULTURA**

35 EM FOCO
COOPERATIVAS OLIVÍCOLAS REFLETEM SOBRE ESTRATÉGIAS PARA REFORÇAR A QUALIDADE DO AZEITE

36 DIVULGAÇÃO
COOPERATIVAS EM DESTAQUE NA CELEBRAÇÃO DOS 20 ANOS DO VALORFITO

37 DIVULGAÇÃO
ADEGA COOPERATIVA DE SÃO MAMEDE DA VENTOSA **CELEBRA 70 ANOS DE HISTÓRIA AO SERVIÇO DO COOPERATIVISMO VITIVINÍCOLA**

38 DESTAQUE
INDICADORES DO VALOR SOCIAL DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS

40 PROJETOS CONFAGRI
SOUTOS SUSTENTÁVEIS EM VINHAIS: **A DEMONSTRAÇÃO PASSA PARA O TERRENO**

41 DIVULGAÇÃO
CA SEGUROS REGISTA O MENOR RÁCIO DE RECLAMAÇÕES NO RAMO AUTOMÓVEL EM 2025

42 PROJETOS CONFAGRI
CONFAGRI INTEGRA CENTRO PAN-MEDITERRÂNICO DE EXCELÊNCIA PROFISSIONAL PARA O SECTOR OLIVÍCOLA

Como funciona o código QR?

1. Descarregue uma aplicação gratuita do leitor de *QR code* a partir do seu dispositivo móvel.
2. Faça *scan* do código QR, centrando-o no ecrã do dispositivo móvel.
3. Consulte a Revista Espaço Rural.

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE, EDITOR E REDAÇÃO

CONFAGRI

CONTACTOS
Palácio Benagazil
Rua Projectada à Rua C
Aeroporto de Lisboa (Humberto Delgado)
1700-008 LISBOA
Telefone: 218 118 000
Fax: 218 118 008
E-mail: espaco.rural@confagri.pt
Site: www.confagri.pt
NIPC: 501 652 299

DIRETOR
Eng.º Nuno Serra

DIRETORA EXECUTIVA
Eng.ª Aldina Fernandes

PRODUÇÃO E COORDENAÇÃO
Dr. Paulo Marques

Consulte o estatuto editorial em *https://www.confagri.pt/content/uploads/2024/12/Estatuto-Editorial.pdf*

DESIGN E PRODUÇÃO GRÁFICA

CEMPALAVRAS
COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL

CONTACTO
Avenida Almirante Reis, 114 - 2º C
1150-023 LISBOA
Telefone: 218 141 574
www.cempalavras.pt

PUBLICIDADE

Telefone: 218 141 574
E-mail: luis.morais@cempalavras.pt
Telefone: 218 118 000
E-mail: espaco.rural@confagri.pt

FOTOGRAFIA
CONFAGRI e iStock

TIRAGEM
7500 exemplares

PERIODICIDADE
Bimestral

IMPRESSÃO
Jorge Fernandes, Lda.
Rua Quinta do Conde de Mascarenhas, 9
2820-652 Charneca da Caparica

DEPÓSITO LEGAL
242723/06

REGISTO
ERS 115370

Distribuição Gratuita

TODAS AS OPINIÕES EXPRESSAS NESTA EDIÇÃO SÃO DA RESPONSABILIDADE DOS RESPETIVOS SUBSCRITORES

PLANO NACIONAL DO RESTAURO DA NATUREZA:
ATÉ ONDE VAMOS QUERER RESTAURAR?



1. AS NOSSAS PAISAGENS SÃO UMA MISTURA DE VALORES NATURAIS E RURAIS

TEXTO

AUGUSTO FERREIRA
E ANTÓNIO CLÁUDIO HEITOR

IMAGENS

ANTÓNIO CLÁUDIO HEITOR

A União Europeia assumiu o restauro da natureza como uma das suas prioridades ambientais, estabelecendo metas ambiciosas para a recuperação de ecossistemas, habitats e espécies considerados degradados ou em regressão. Neste contexto, Portugal prepara o seu Plano Nacional de Restauro da Natureza, um instrumento que terá impactos relevantes na gestão dos territórios agrícolas, florestais e rurais.

A necessidade de preservar a biodiversidade e reforçar a resiliência dos ecossistemas é hoje amplamente reconhecida. Contudo, a concretização deste objetivo coloca desafios complexos: que modelos de gestão do território queremos promover? Que equilíbrio deve existir entre conservação da natureza, produção agrícola e florestal, segurança alimentar e desenvolvimento dos territórios rurais?

Responder a estas questões exige uma reflexão sobre a evolução das paisagens e das sociedades, bem como sobre o papel que a atividade agrícola e florestal desempenhou, e continua a desempenhar, na construção dos territórios que hoje conhecemos, envolvendo efetivamente agricultores, produtores florestais e demais agentes que diariamente gerem o território. Para compreender os desafios colocados pelo restauro da natureza é necessário recordar que a evolução das

sociedades teve por base um aumento da população, a colonização de novos territórios e a concentração em grandes centros urbanos, num percurso desde as tribos caçadoras e recoletoras, até às nações tal como as conhecemos hoje. Começámos por ser comunidades rurais e somos hoje sociedades urbanas. Esta tremenda evolução populacional e civilizacional, só foi possível graças à evolução do conhecimento e da tecnologia, que possibilitaram o aumento da produção de alimentos e matérias-primas. Mas tal só foi possível consumindo recursos que nos são colocados à disposição.

A par desta expansão territorial, as dinâmicas sociais e económicas, traduziram-se numa concentração cada vez maior da população em grandes centros industriais e urbanos. Este afastamento das zonas rurais onde as populações tradicionalmente se fixavam, só foi possível devido ao desenvolvimento de uma cadeia agroalimentar capaz de ultrapassar distâncias cada vez maiores entre a produção e o consumo.

Assegurar alimentos em quantidade e qualidade em mercados cada vez mais distantes constituiu um desafio para os sistemas agrícolas que obrigou à passagem de uma agricultura tradicional ou convencional de subsistência, para uma atividade agronómica, zootécnica e silvícola extremamente tecnológica e científica, de forma a produzir mais utilizando menos recursos.

Toda esta evolução foi feita graças à conversão de áreas selvagens em áreas agrícolas e ao consumo crescente de madeira. Esta enorme transformação da paisagem condicionou ecossistemas naturais, promovendo a sua adaptação e/ou alteração, e em determinadas circunstâncias, o seu desaparecimento. São as consequências e dinâmicas inevitáveis resultantes do aumento da população humana.

No processo evolutivo das sociedades atuais, a tentativa e erro são o processo gerador de conhecimento e de progresso. São os erros que nos permitem procurar as soluções para os corrigir. No entanto, quando estamos a lidar com processos naturais, interligados e cujas relações são complexas na intensidade, no espaço e no tempo, os resultados nem sempre são os esperados.

Ou seja, a evolução das nossas sociedades não seria possível sem consumo de recursos, sem erros e sem a alteração de dinâmicas naturais em que os saldos tanto podem ser negativos como positivos. Estes efeitos ou impactos são ainda influenciados por causas externas e com graus de incerteza difíceis de quantificar. Assim, a simples tentativa de regressar ao ponto de partida, retirando a atividade agrícola, pode não conduzir à situação inicial, ou o regresso ao estado original dos recursos afetados. Ou seja, não podemos pensar que a transformação das paisagens e ecossistemas foi apenas resultado do aumento da produção agrícola e florestal.

Diminuir hoje a produção agrícola terá consequências na disponibilidade de alimentos e matérias-primas impossíveis de quantificar, bem como na diversidade, qualidade e segurança dos mesmos. Para além disso os resultados para as populações selvagens da nossa fauna e flora seriam incertos e porventura contrários ao pretendido, pois muitas dessas espécies dependem da gestão agrícola e florestal e dos habitats a eles associados.

Quando a Comissão Europeia assume como basilar o Restauro da Natureza, definindo esse conceito enquanto "*o processo de contribuir ativamente ou passivamente para a recuperação de um ecossistema, a fim de melhorar a sua estrutura e funções, tendo por objetivo conservar ou reforçar a biodiversidade e a resiliência dos ecossistemas, colocando em bom estado a superfície de um tipo de habitat, restabelecendo uma área de referência favorável, e melhorando a superfície de um habitat de uma espécie no sentido de alcançar uma qualidade e quantidade suficientes*", fá-lo de forma excessivamente simplificada, sem equacionar todo o impacto dessa decisão.

Essa forma ligeira e apressada está bem espelhada no facto de querer restaurar algo que não conhecemos, com uma situação de referência frágil e difusa, com base em indicadores imprecisos, incompletos e mesmo inexistentes, e sem ter perfeita consciência dos resultados pretendidos nem do seu custo. Mesmo sabendo e assumindo estas enormes lacunas, a Comissão definiu objetivos e metas, que os Estados-Membros têm de quantificar nos seus Planos Nacionais. Para Portugal o Plano Nacional de Restauro identifica a necessidade de:

- aplicar medidas de restauro em 553 a 620 km^2 até 2050 de habitats identificados como degradados;
- remover barreiras fluviais para recuperar mais de 1000 km de troço de rio e cerca de 1100 Km^2 de planícies aluviais;
- intervencionar 14.1 km^2 para alcançar uma tendência crescente de populações de polinizadores até 2050;
- intervir de forma transversal nos ecossistemas agrícolas através dos mecanismos de apoio da PAC, sem quantificar as áreas;
- reumidificar até 2050 um terço das turfeiras drenadas com uso agrícola e aplicar medidas que visem restaurar os solos orgânicos em pelo menos 50% dessas superfícies até 2050;
- abranger, até 2050, um total máximo de 1.601.000 ha para ações de restauro para reforço da biodiversidade dos ecossistemas florestais.



2. O MOCHO-GALEGO É UM ALIADO NA GESTÃO DE PRAGAS DOS NOSSOS CAMPOS AGRÍCOLAS. AS ESTRUTURAS DE PEDRA SÃO LOCAIS DE NIDIFICAÇÃO E CAÇA

E tudo isto sem fontes de financiamento, claras e objetivas, ou mais concretamente empurrando essa competência para os futuros mecanismos da PAC, que como sabemos e tem vindo a ser anunciado, irão sofrer um corte superior a 17%.
O restauro da natureza pretende de forma holística recuperar níveis de biodiversidade e ecossistemas ou habitats degradados ou em regressão, protegendo-os das pressões humanas, consideradas como nefastas. Mas será que nas paisagens rurais tudo é assim tão nefasto e "artificial"?
Mas afinal até onde se pretende restaurar? Este restauro não pode significar o retorno a sistemas de produção agro-silvo-pecuários ancestrais e incapazes de assegurar as necessidades atuais de alimentos e matérias-primas. E também não pode pôr em causa uma das maiores conquistas da União Europeia, a segurança alimentar e a disponibilidade de alimentos com elevada qualidade e a um preço acessível, nem afastar ainda mais os jovens da agricultura, agravando a sustentabilidade dos territórios rurais e promovendo o aumento da dependência do exterior em matéria de segurança alimentar.
O regulamento aprovado abre assim uma caixa de Pandora para a qual os Estados-membros não estão preparados. Não existem sistemas de monitorização robustos, desconhecem-se os impactos e custos, e, não existe um orçamento específico definido. Apenas têm de se restaurar!
Todo o processo está envolto numa lógica protecionista, de regresso a um natural nostálgico, a uma realidade que já não existe e que a existir significaria o retorno a uma realidade social e populacional do antigamente.

> "O restauro da natureza não pode significar um regresso ao passado, ignorando a evolução das sociedades, das paisagens e dos sistemas produtivos."

Assumir que a utilização de pesticidas (cada vez menor) e a homogeneização da "superfície agrícola", foram as únicas causas a contribuir para a diminuição das comunidades de insetos polinizadores, é uma análise demasiado simplista que não corresponde à realidade. Diversas espécies tiveram melhorias na evolução das suas populações, mesmo com alteração das práticas culturais a que temos assistido
A agronomia nas últimas décadas tem vindo a alterar práticas e a melhorar tecnologias, tendo retirado de uso um número significativo de substâncias potencialmente nocivas. Será isto suficiente? Possivelmente não. Mas será que a solução é reduzir e restringir ainda mais a atividade agrícola e a utilização de produtos químicos? Qual o impacto dessa redução na produção de alimentos?
O regulamento do restauro da natureza assume uma clara dualidade entre a conservação e a produção, considerando sempre que a atividade agrícola e florestal é uma razão para o insucesso da conservação e muitas vezes a única razão do insucesso ou para o desaparecimento do "natural".

UVBOOSTING

Representação exclusiva para Portugal

Estimulação com raios UV-C para reforçar as defesas naturais da planta



Tratamentos para culturas de alto valor

- Melhora a nutrição da planta
- Previne a propagação de doenças fúngicas
- Protege contra danos por geadas
- Aumenta a resistência à seca
- Melhora o crescimento e rendimento das plantas
- Tem efeito positivo na qualidade da produção

- Emissões curtas de brilhos UV-C produzidos com a nossa técnica patenteada



- Ativação metabólica da planta - concentração máxima de ácido salicílico



- A planta reage a ataques físicos ou biológicos de forma mais rápida e eficiente



Tractores Ibéricos
Grupo Auto-Industrial

grupoautoindustrial.pt/agricola/marcas/uvboosting/

Será que privilegiar um determinado modo de produção é a resposta mais eficiente à perda de biodiversidade agrícola? Será que é a melhor solução para todos os recursos naturais em causa? E será para todas as explorações em todas as regiões? Terá o consumidor capacidade para pagar alimentos e matérias-primas mais caras? Quererá/quer o consumidor esses produtos?

vontade/pressão em diminuir significativamente o consumo de carne e produtos de origem animal? Não serão as nossas raças autóctones e as variedades agrícolas e frutícolas parte do nosso capital natural que tanto queremos restaurar?

Porque havemos de querer restringir a exploração florestal diminuindo as áreas destinadas à produção de madeira, quando



3. AS RAÇAS AUTÓCTONES, COMO ESTA GARVONESA, ESTÃO PERFEITAMENTE ADAPTADAS ÀS NOSSAS CONDIÇÕES NATURAIS

E o que fazer relativamente à pecuária extensiva enquanto ferramenta de construção de paisagens e valores naturais e, rurais de elevada importância, tendo em conta a

simultaneamente pretendemos substituir os plásticos? Porque se pretende o restauro de ecossistemas florestais deixando mais madeira morta nas nossas florestas, quando



4. AS VEDAÇÕES (APESAR DE ARTIFICIAIS) SÃO EXCELENTES LOCAIS DE DESCANSO E CAÇA PARA OS ROLIEIROS

simultaneamente pretendemos reduzir os incêndios? Não estará este Plano repleto de contrassensos?

Este plano de intenções, não assenta numa base científica forte, não tem um mecanismo de monitorização e um orçamento próprio, assentando o seu desenvolvimento e financiamento na única política comum da União Europeia, ou seja, na Política Agrícola Comum (PAC), que com mecanismos de monitorização e fiscalização próprios e com orçamento de facto comum, torna-se vítima do seu sucesso. Na realidade, o Plano de Restauro da Natureza, a par do próximo Quadro de Financiamento Plurianual, poderá terminar décadas de sucesso da PAC, comprometendo uma política que tinha sido capaz de responder às mais diversas dinâmicas dos mercados, inovando e garantindo níveis elevados de segurança alimentar.

> "A preservação da biodiversidade exige equilíbrio entre conservação da natureza, produção agrícola e florestal e segurança alimentar."

É, pois, preocupante que no caso nacional, para o período 2024-2030 o investimento programado para as medidas de Restauro da Natureza seja, em termos médios anuais, cerca de 483 milhões de euros, dos quais, 249 milhões serão provenientes dos fundos da PAC atribuídos a Portugal. Ou seja, grande parte da ambição do restauro será suportada pelos fundos destinados à agricultura. Pelo que, neste caso, deveríamos aplicar o conhecido provérbio popular, que diz "quem não tem dinheiro não tem vícios!".

E, para que mais tarde os agricultores e os seus dirigentes não se venham a lamentar, é fundamental que, durante o período em que decorre a consulta pública (até 19 de agosto), os interessados, agricultores, produtores pecuários e florestais consultem a proposta do Plano Nacional de Restauro da Natureza e os documentos que a acompanham no portal do Restauro da natureza, em https://restauronatureza.icnf.pt/, a fim de apresentarem os seus contributos e sugestões para este plano, para evitar que mais tarde nos venhamos a arrepender, tal como a sabedoria popular que nos ensinou que "Não adianta chorar pelo leite derramado"… ●

https://restauronatureza.icnf.pt/

MULHERES NA LIDERANÇA COOPERATIVA: UMA PRESENÇA QUE SE AFIRMA

Na edição anterior, a rubrica "Mulheres que cultivam o futuro" iniciou uma reflexão sobre a presença das mulheres em cargos de liderança no movimento cooperativo agrícola, através do testemunho de várias dirigentes do sector. Nesta segunda parte, continuamos a dar voz a novos percursos e experiências que ilustram a diversidade de funções, contextos e realidades existentes no cooperativismo agrícola português. Em comum, estes testemunhos evidenciam o contributo crescente das mulheres para o fortalecimento das organizações cooperativas, para a dinamização dos territórios rurais e para a construção de respostas cada vez mais qualificadas aos desafios que o sector enfrenta.



TEXTO
PAULO MARQUES
CONFAGRI

VOZES DA LIDERANÇA COOPERATIVA

Na continuidade da edição anterior, voltámos a colocar a todas as participantes a mesma questão, como ponto de partida comum para diferentes percursos e perspetivas:

O que significa, para si, ser mulher numa posição de liderança no sector cooperativo agrícola e que caminhos considera essenciais para reforçar a participação feminina nestes cargos?



1. CELESTE PATROCÍNIO

CELESTE PATROCÍNIO
PRESIDENTE DA ADEGA COOPERATIVA DE PONTE DE LIMA

Iniciei funções na Adega Cooperativa de Ponte de Lima em 2008, depois de uma carreira profissional na Administração Pública onde exerci, praticamente durante todo o meu percurso, funções de chefia e cargos de direção. Aliás, é curioso notar que, na maioria desses cargos, fui a primeira mulher a exercê-los, mantendo um profundo reconhecimento por quem confiou em mim para essas funções. Por isso, o convite para integrar a Direção da Adega Cooperativa de Ponte de Lima não me causou grande surpresa. No entanto, a decisão de me candidatar exigiu uma reflexão profunda, ponderando a situação particularmente difícil e delicada em que a Adega então se encontrava.

O trabalho realizado deveu-se, de forma decisiva, à equipa que conseguimos formar com o apoio dos associados mais envolvidos neste processo organizativo, bem como todos os colaboradores e associados que sempre nos acompanharam ao longo destes anos. Fizemos igualmente questão de integrar mulheres associadas nos Órgãos Sociais, destacando-se a Mesa da Assembleia Geral e a presidência do Conselho Fiscal. Essa representação reflete-se também na estrutura interna: hoje, a maioria das áreas e serviços da Adega é coordenada por mulheres, desde os serviços administrativos e contabilidade até à internacionalização, marketing, produção, qualidade e segurança alimentar. Importa ainda destacar o número crescente de viticultoras associadas registado nos últimos anos.

Quanto aos caminhos essenciais para reforçar a participação feminina na liderança do sector agrícola e vitivinícola, considero fundamental investir em programas específicos de liderança e atribuir-lhes uma maior visibilidade, o que certamente também contribuiria para acelerar a renovação geracional, uma das maiores preocupações de um conjunto de enormes desafios que atualmente se colocam ao sector vitivinícola, num contexto marcado pela instabilidade, pela mudança e pela necessidade permanente de adaptação.



2. AIDA BAETA

AIDA BAETA

PRESIDENTE DA COOPERATIVA SOCIAL E AGRO-FLORESTAL DE VILA NOVA DO CEIRA

A diversidade de áreas de atividade da cooperativa torna a sua gestão desafiante, mas o segredo da minha gestão tem sido o espírito de equipa. Os meus colegas de administração e os colaboradores da cooperativa são fundamentais para o sucesso deste projeto.

Sou a primeira mulher a ocupar a presidência desta Cooperativa, mas a verdade é que ela sempre fez parte da minha vida. O meu avô esteve entre os seus fundadores, os meus pais continuam cooperadores e o meu sogro foi também presidente da instituição. A minha ligação à Cooperativa resulta, por isso, de um percurso de proximidade e identificação com os valores cooperativos.

Em 2005 fui convidada a integrar os órgãos sociais e, desde então, tenho desempenhado diferentes funções ao serviço da Cooperativa. Acredito que os cooperadores devem contribuir para o desenvolvimento da sua organização e do seu território, dando continuidade ao trabalho de quem ajudou a construir os projetos.

Ser mulher nesta Cooperativa sempre foi uma experiência positiva. Ao longo dos anos senti apoio, respeito e entreajuda por parte dos colegas com quem trabalhei. Também é importante reconhecer o contributo das mulheres que desempenham funções de responsabilidade na nossa organização, demonstrando diariamente competência, dedicação e capacidade de liderança.

O cooperativismo é uma escola de competências organizacionais, de gestão e de liderança, promovendo a integração social e profissional. O sector cooperativo precisa de continuar a atrair pessoas dispostas a participar ativamente na vida das organizações e necessita de mais mulheres, com novas ideias, projetos e percursos, capazes de reinventar caminhos. Ser mulher e presidir a esta Cooperativa é, antes de mais, um propósito natural de qualquer cooperador, mas espero ser só a primeira.



3. BEATRIZ SILVA

BEATRIZ SILVA

DIRETORA-GERAL DA COOPERATIVA AGRÍCOLA DE ARCOS DE VALDEVEZ E PONTE DA BARCA

Ser mulher numa posição de liderança no sector cooperativo agrícola é, para mim, um privilégio, mas também uma responsabilidade. É ter a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento do território, apoiar quem nele trabalha diariamente e ajudar a construir organizações mais fortes, inovadoras e próximas das pessoas.

Ao longo do meu percurso, aprendi que liderar não tem género. Tem competência, dedicação, coragem e capacidade de fazer acontecer. Ainda assim, sabemos que as mulheres continuam a enfrentar desafios acrescidos para chegar a cargos de decisão, sobretudo em sectores que, durante muitos anos, foram vistos como predominantemente masculinos.

Acredito que o caminho para reforçar a participação feminina passa, antes de mais, por criar oportunidades reais. Precisamos de dar visibilidade a mulheres que já lideram, valorizar os seus percursos e mostrar às mais jovens que também existe espaço para elas nestas funções. Precisamos de incentivar a formação, a partilha de experiências e a criação de redes de apoio que ajudem a transformar talento em liderança.

Mas precisamos também de mudar mentalidades. Quando deixarmos de olhar para uma mulher líder como uma exceção e passarmos a vê-la simplesmente como uma líder, teremos dado um passo importante. O sector cooperativo tem nos seus valores a inclusão, a participação e a igualdade. Cabe-nos transformar esses princípios em prática. Quanto mais diversidade existir nos espaços de decisão, mais capazes seremos de responder aos desafios do presente e de construir um futuro mais sustentável, mais inovador e mais representativo de todos.



4. ANA RODRIGUES

ANA RODRIGUES

DIRETORA GERAL DA LACTICOOP - UNIÃO DE COOPERATIVAS DE PRODUTORES DE LEITE DE ENTRE DOURO E MONDEGO

Ser mulher numa posição de liderança no sector cooperativo agrícola é, para mim, uma responsabilidade que se vive com sentido de missão e com grande proximidade com as pessoas. Liderar uma união de cooperativas de leite significa estar ao lado dos produtores, compreender os desafios diários das unidades produtivas, valorizar o trabalho de quem produz e procurar soluções que tragam futuro, competitividade e reconhecimento ao sector. Ser mulher nesta posição acrescenta ainda a responsabilidade de mostrar que a competência, a visão estratégica e a capacidade de decisão não têm género.

Num sector ainda muito marcado por tradições, ser mulher numa posição de liderança implica abrir caminho com trabalho, consistência e confiança. Não se trata apenas de ocupar um lugar, mas de o tornar útil para os outros: para as equipas, para os cooperadores, para as novas gerações e, em especial, para outras mulheres que, muitas vezes, já lideram no terreno, nas unidades produtivas e nas famílias, mas nem sempre são reconhecidas formalmente.

Para reforçar a participação feminina, é essencial dar visibilidade a esses percursos, criar oportunidades reais de formação e crescimento, promover ambientes onde as mulheres se sintam preparadas, apoiadas e legitimadas para liderar, incentivar a participação nos órgãos sociais das cooperativas e nos processos de decisão. É igualmente importante envolver os homens neste caminho, porque a igualdade constrói-se em conjunto.

O futuro do cooperativismo agrícola precisa de talento, de diversidade e de lideranças próximas, humanas e preparadas. Se queremos cooperativas fortes, temos de reconhecer todos os que contribuem para a sua força, e as mulheres fazem parte, de forma decisiva, desse futuro.



5. ANA SANTOS

ANA SANTOS
GESTORA DA COAPE - COOPERATIVA AGRÍCOLA DE MANGUALDE

Durante décadas, o sector cooperativo agrícola foi maioritariamente masculino, com uma presença feminina muitas vezes pouco visível. Hoje, esse cenário tem vindo a evoluir de forma gradual, refletindo o crescente reconhecimento da competência, capacidade de liderança e contributo das mulheres para o futuro das organizações cooperativas.

Ser mulher numa posição de liderança neste sector significa participar ativamente na construção de organizações mais próximas, colaborativas e preparadas para responder aos desafios atuais da agricultura e dos territórios rurais. A experiência tem demonstrado que muitas mulheres trazem estilos de liderança assentes no diálogo, na cooperação e na construção coletiva, valores profundamente ligados ao cooperativismo.

Apesar da evolução verificada nos últimos anos, continuam a existir desafios, nomeadamente ao nível da conciliação entre a vida profissional e familiar, exigindo mudanças de mentalidade e condições que permitam uma participação cada vez mais equilibrada nos espaços de decisão.

O reforço da participação feminina no cooperativismo agrícola depende de um conjunto de fatores, como a formação, a valorização das competências, a criação de referências positivas e a visibilidade de mulheres que já desempenham funções de liderança no sector, em iniciativas como esta. Quanto maior for essa visibilidade, mais natural se tornará esta presença.

As cooperativas, pela sua natureza assente na participação, proximidade e equidade, têm um papel importante neste caminho e estão bem posicionadas para liderar esta mudança. O futuro da agricultura exigirá capacidade de adaptação, inovação e valorização de todo o talento disponível, e as mulheres têm um contributo fundamental para essa transformação.

Os testemunhos reunidos ao longo destas duas edições evidenciam a diversidade de percursos, experiências e visões das mulheres que hoje assumem funções de liderança no movimento cooperativo agrícola. Em conjunto, refletem uma realidade em evolução, na qual a participação feminina se tem afirmado de forma progressiva em diferentes organizações cooperativas, acompanhando a transformação do próprio sector.

As diferentes perspetivas aqui partilhadas demonstram igualmente a importância do cooperativismo enquanto espaço de proximidade, compromisso e construção coletiva, onde a valorização das competências e da diversidade constitui um fator de fortalecimento das organizações. Num contexto marcado pela inovação, pela renovação geracional e pela necessidade de reforçar a sustentabilidade e a competitividade da agricultura portuguesa, estes testemunhos mostram que a liderança feminina integra, de forma cada vez mais natural, a realidade do movimento cooperativo agrícola e o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável da agricultura portuguesa e dos territórios rurais. ●



ENFARDADEIRA FBP 3135



SEMEADOR DE SEMENTEIRA DIRETA SDE3000



GRADE RÁPIDA

BE STRONG, BE KUHN

KUHN

SEMEADOR MECÂNICO PREMIA



JUNTADOR DE FENOS



GADANHEIRA LIFT CONTROL



Auto Industrial
Divisão Agrícola

M. Edifício Auto Industrial | Estrada da Circunvalação | 2794-065 Carnaxide
T. +351 210 009 771
E. divagricola@auto.industrial.pt
W. divisaoagricola.autoindustrial.pt

CONFAGRI REFORÇA A VALORIZAÇÃO DO SECTOR AGROALIMENTAR NA FEIRA NACIONAL DE AGRICULTURA 2026

TEXTO
PAULO MARQUES
CONFAGRI

A CONFAGRI marcou presença na 62.ª edição da Feira Nacional de Agricultura, que decorreu de 6 a 14 de junho, no CNEMA, em Santarém, reafirmando o seu compromisso com a valorização da produção nacional, das cooperativas agrícolas e com o desenvolvimento do sector agroalimentar português.

Ao longo de nove dias, a Confederação voltou a assumir um papel de destaque num dos mais importantes certames agrícolas do país, promovendo a qualidade dos produtos das suas associadas, dinamizando iniciativas de divulgação e reflexão e acolhendo milhares de visitantes nos diferentes espaços preparados para esta edição da Feira.

A participação da CONFAGRI constituiu, uma vez mais, uma oportunidade privilegiada para dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas cooperativas agrícolas portuguesas e para reforçar a importância do sector agroalimentar enquanto motor de desenvolvimento económico, social e territorial.

Pavilhão CONFAGRI: uma montra da excelência cooperativa

O Pavilhão da CONFAGRI voltou a afirmar-se como um dos espaços de referência da Feira Nacional de Agricultura, reunindo as Federações associadas da Confederação numa mostra representativa da diversidade e qualidade da produção cooperativa nacional.

Ao longo do certame, os visitantes tiveram oportunidade de conhecer, degustar e adquirir diversos produtos provenientes das cooperativas agrícolas portuguesas, entre os quais azeites, vinhos, espumantes, mel, frutas, queijos, lacticínios, cereais e carnes certificadas.

Mais do que um espaço de promoção comercial, o pavilhão constituiu uma verdadeira montra do cooperativismo agroalimentar português, evidenciando a capacidade das cooperativas para gerar valor, preservar tradições, promover inovação e contribuir para a vitalidade económica dos territórios rurais.

No exterior do pavilhão, o já habitual CONFAGRI Lounge voltou a proporcionar momentos de convívio e degustação dos espumantes produzidos pelas adegas cooperativas, enquanto o Restaurante CONFAGRI recebeu centenas de visitantes que puderam apreciar carnes de qualidade certificada, harmonizadas com vinhos provenientes das cooperativas associadas.

Stand Institucional promove informação e proximidade

Na Nave A do CNEMA, o Stand Institucional da CONFAGRI constituiu um ponto de contacto privilegiado com os visitantes, permitindo divulgar a atividade da Confederação e das suas Federações associadas.

Além da disponibilização de informação institucional, o espaço acolheu diversas ações de degustação e promoção de produtos cooperativos, contribuindo para aproximar os consumidores da realidade do sector agrícola e do trabalho desen-



1. VISITA DO PRIMEIRO-MINISTRO, LUÍS MONTENEGRO



2. VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, ANTÓNIO JOSÉ SEGURO



3. VISITA DO MINISTRO DA AGRICULTURA E MAR, JOSÉ MANUEL FERNANDES



4. DEGUSTAÇÃO DE ALGUNS PRODUTOS LÁCTEOS COOPERATIVOS DURANTE A VISITA DA MINISTRA DO AMBIENTE E ENERGIA, MARIA DA GRAÇA CARVALHO



5. VISITA DO SECRETÁRIO-GERAL DO PS, JOSÉ LUÍS CARNEIRO

volvido pelas cooperativas em todo o território nacional.

SNIRA debate desafios sanitários da produção pecuária
Durante a Feira teve igualmente lugar o habitual Encontro de Dirigentes e Técnicos do SNIRA, promovido pela CONFAGRI, iniciativa que será objeto de destaque em artigo próprio nesta edição da Espaço Rural.

Visitas institucionais reforçam reconhecimento do sector cooperativo
Durante a Feira Nacional de Agricultura, os espaços da CONFAGRI receberam a visita de diversas personalidades e representantes institucionais, constituindo uma oportunidade para dar a conhecer o trabalho desenvolvido pelas cooperativas agrícolas e partilhar as principais preocupações e desafios do sector.



6. VISITA DA PRESIDENTE DA INICIATIVA LIBERAL, MARIANA LEITÃO



7. VISITA DE DELEGAÇÃO DO CHEGA



8. VISITA DE DEPUTADOS DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E PESCAS



9. DEGUSTAÇÃO DE AZEITES COOPERATIVOS



10. DEGUSTAÇÃO DE VINHOS COOPERATIVOS

Sensibilizar os mais jovens para a importância do leite
A componente pedagógica voltou igualmente a marcar presença na participação da CONFAGRI através da ação de sensibilização promovida em parceria com a FENALAC, dirigida às crianças que visitaram a Feira.
A iniciativa permitiu explicar, de forma simples e interativa, a origem do leite, o seu processo de produção e a importância do seu consumo para uma alimentação equilibrada e saudável. Ao longo da atividade, milhares de crianças tiveram oportunidade de contactar com conteúdos educativos que destacaram o papel dos produtores de leite e a relevância deste alimento nas diferentes fases da vida.

Estas visitas permitiram reforçar junto dos decisores políticos a importância das cooperativas enquanto agentes de desenvolvimento rural, criação de riqueza, coesão territorial e valorização da produção nacional, especialmente nos territórios de menor densidade populacional.

Um compromisso renovado com a agricultura portuguesa
A participação da CONFAGRI na Feira Nacional de Agricultura 2026 voltou a demonstrar a vitalidade do movimento cooperativo agrícola e a sua capacidade para responder aos desafios atuais e futuros do sector.
Através da promoção dos produtos cooperativos, da dinamização de espaços de encontro e partilha e da realização de iniciativas técnicas e pedagógicas, a Confederação reafirmou o seu compromisso com os agricultores, com as cooperativas e com o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais.
Num contexto marcado por exigentes desafios económicos, ambientais e sociais, a CONFAGRI continuará a trabalhar para valorizar a agricultura portuguesa, reforçar a competitividade do sector agroalimentar e promover o papel das cooperativas enquanto pilares fundamentais da coesão territorial e do crescimento do país. ●



11. AÇÃO DE SENSIBILIZAÇÃO COM CRIANÇAS DO CONCELHO



12. DEGUSTAÇÃO DE MÉIS COOPERATIVOS

19.º ENCONTRO NACIONAL DO SNIRA
DEBATE RESPOSTA DO SECTOR PECUÁRIO FACE ÀS CRISES SANITÁRIAS

TEXTO
ANA PALMA
CONFAGRI

O 19.º Encontro de Dirigentes, Técnicos e Agricultores do SNIRA, promovido pela CONFAGRI e realizado no dia 8 de junho, no âmbito da Feira Nacional de Agricultura, reuniu em Santarém dirigentes, técnicos, agricultores e representantes de entidades públicas para debater a resposta do sector pecuário aos desafios colocados pelas atuais crises sanitárias. Num contexto marcado pela crescente pressão de doenças como a Língua Azul, a Febre Aftosa e a Dermatose Nodular Contagiosa, o encontro constituiu um espaço de reflexão sobre a prevenção, a rastreabilidade animal, o impacto económico destas crises e os instrumentos disponíveis para apoiar os produtores perante situações de emergência.

Subordinado ao tema **"Crises Sanitárias e Doenças Animais: Estamos Preparados para Responder?"**, o encontro reuniu organizações agrícolas, autoridades veterinárias e entidades públicas para uma reflexão sobre os desafios que a evolução do panorama epidemiológico coloca à pecuária portuguesa e à competitividade do sector.



1. ASPETO GERAL DA SALA



2. INTERVENÇÃO DE IDALINO LEÃO, PRESIDENTE DA CONFAGRI

A sessão de abertura esteve a cargo de **Idalino Leão**, Presidente da CONFAGRI, que destacou a atualidade e a relevância do tema escolhido para o encontro, sublinhando a crescente importância da prevenção e da preparação do sector pecuário perante a ameaça das doenças animais. Defensor do papel das Organizações de Produtores Pecuários para a Sanidade Animal (OPSA), Idalino Leão salientou o trabalho desenvolvido por estas estruturas na proximidade aos produtores, na vigilância sanitária e na implementação de medidas de prevenção, considerando que a saúde animal é hoje um fator determinante para a sustentabilidade das explorações, a confiança dos consumidores e a defesa da produção nacional.

Seguiu-se a intervenção de **Mário Santiago**, Subdiretor-Geral da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), que, em representação da Diretora-Geral da DGAV, agradeceu o convite e manifestou a satisfação da entidade em participar numa iniciativa dedicada a uma matéria de elevada relevância para o sector. O responsável destacou igualmente a importância do tema no atual contexto epidemiológico, defendendo a importância da cooperação entre produtores, organizações e autoridades para reforçar a capacidade de prevenção e resposta perante futuras crises sanitárias.

A primeira sessão centrou-se nos impactos das crises sanitárias nas explorações pecuárias e na confiança dos mercados. **Ana Palma**, Técnica da CONFAGRI, enquadrou o tema à escala global, alertando para o aumento do risco associado à intensificação da circulação de pessoas, animais e mercadorias, às alterações climáticas e à emergência de novas doenças. Recordou ainda que mais de 20% da produção animal mundial se perde anualmente devido a doenças evitáveis.

Seguidamente, **António Ferreira**, da UCADESA, abordou os impactos económicos das crises sanitárias, defendendo que a



3. INTERVENÇÃO DE NUNO SERRA, SECRETÁRIO-GERAL DA CONFAGRI

sanidade animal deve ser encarada como um investimento estratégico. Destacou que as consequências de um surto vão muito além das perdas diretas de animais, refletindo-se igualmente nas restrições comerciais, nos custos de controlo e na confiança dos mercados.
A sessão dedicada às doenças animais atuais e emergentes permitiu analisar a evolução do panorama sanitário nacional. **Adelaide Pereira**, do SEGALAB/Grupo AGROS, apresentou o trabalho desenvolvido junto dos produtores na promoção da biossegurança, sublinhando que doenças como a Língua Azul, a Doença Hemorrágica Epizoótica, a Dermatose Nodular Contagiosa ou a Febre Aftosa exigem vigilância permanente. Os resultados de um inquérito realizado junto de produtores revelaram igualmente uma crescente adoção de medidas de biossegurança nas explorações.
Por sua vez, **Yolanda Vaz**, da DGAV, fez um ponto de situação da realidade epidemiológica nacional e dos programas oficiais de vigilância e controlo, reforçando a importância da deteção precoce, da notificação das suspeitas e da colaboração entre produtores, médicos veterinários e autoridades competentes.
A importância dos dados e da rastreabilidade em contexto de crise esteve no centro da sessão dedicada ao SNIRA. **Cristina Ventura**, da DGAV, destacou o papel da identificação animal, do registo das explorações e do controlo das movimentações na rápida resposta a surtos sanitários, enquanto **Ana Sofia Lopes**, do IFAP, evidenciou a importância da interoperabilidade dos sistemas de informação para apoiar a gestão das medidas de apoio aos produtores.
A gestão da crise da Língua Azul esteve igualmente em destaque. **Ana Caria**, da DGAV, apresentou um balanço das medidas implementadas desde o surto de 2024, salientando a importância da articulação entre as diferentes entidades, da vacinação, da simplificação dos procedimentos e da existência de mecanismos de apoio adequados para minimizar os impactos nas explorações.
Na sessão dedicada aos apoios à redução da carga combustível e à eficiência energética, **Sandra Vicente**, do IFAP, apresentou o balanço das candidaturas, destacando a elevada adesão dos agricultores às medidas disponibilizadas e a necessidade de assegurar dotações financeiras compatíveis com a procura registada.
O encontro terminou com a apresentação de **Xavier Nascimento**, da DGAV, sobre o projeto legislativo relativo aos matadouros móveis e às unidades móveis de manipulação de caça. A proposta pretende facilitar o acesso ao serviço de abate em territórios de baixa densidade, mantendo os mesmos requisitos de licenciamento, higiene, rastreabilidade e segurança alimentar aplicáveis aos restantes estabelecimentos.
A sessão de encerramento contou com as intervenções de **Luís Souto Barreiros**, Presidente do Conselho Diretivo do IFAP, e de **Nuno Serra**, Secretário-Geral da CONFAGRI. Luís Souto Barreiros agradeceu o convite endereçado pela CONFAGRI e destacou a importância estratégica do Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA), sublinhando o valor dos dados nele registados para a rastreabilidade dos animais, para a gestão eficaz das crises sanitárias e para o apoio à tomada de decisão nas explorações pecuárias. O responsável salientou ainda o papel crescente da informação e da interoperabilidade dos sistemas no reforço da capacidade de resposta das entidades públicas e dos produtores.
Na intervenção final, Nuno Serra agradeceu a participação dos oradores e dos inúmeros profissionais do sector presentes no encontro, destacando a relevância destas iniciativas como espaços de partilha de conhecimento e de reflexão coletiva. O Secretário-Geral da CONFAGRI sublinhou que as conclusões retiradas ao longo da tarde constituem um contributo importante para melhorar a intervenção de todos os agentes envolvidos na produção pecuária nacional e para reforçar a preparação do sector perante os desafios sanitários que se colocam no futuro.
Ao longo das diferentes intervenções ficou evidente que a preparação para futuras crises sanitárias exige uma abordagem integrada, assente na prevenção, na biossegurança, na vigilância epidemiológica, na rastreabilidade e na cooperação entre todas as entidades do sector. Neste contexto, o SNIRA continua a afirmar-se como um instrumento essencial para reforçar a capacidade de resposta da pecuária portuguesa e preservar a confiança dos mercados. ●



4. INTERVENÇÃO DE LUÍS SOUTO BARREIROS, PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO DO IFAP



4. INTERVENÇÃO DE MÁRIO SANTIAGO, SUBDIRETOR-GERAL DA DGAV



5. INTERVENÇÃO DE ANA PALMA, TÉCNICA DA CONFAGRI

UDACA
UNIÃO DAS ADEGAS COOPERATIVAS DO DÃO
60 ANOS A VALORIZAR OS VINHOS DO DÃO E O COOPERATIVISMO VITIVINÍCOLA

TEXTO
PAULO MARQUES
CONFAGRI



1. SEDE DA UDACA

Fundada a 21 de maio de 1966, a UDACA – União das Adegas Cooperativas do Dão assinalou recentemente 60 anos de atividade ao serviço da valorização dos vinhos do Dão, dos viticultores e do sector cooperativo vitivinícola. Nascida da visão conjunta das Adegas Cooperativas da região, a instituição tem desempenhado, ao longo de seis décadas, um papel determinante na promoção, na comercialização e na afirmação dos vinhos do Dão, tanto no mercado nacional como internacional.

Com sede em Viseu, a UDACA integra atualmente as Adegas Cooperativas de Mangualde, Penalva do Castelo, Silgueiros e Vila Nova de Tazem, representando, em conjunto, cerca de 60% da produção de vinhos da Região Demarcada do Dão. A forte aposta na internacionalização faz com que cerca de 80% da sua produção seja destinada à exportação, levando os vinhos do Dão a mais de 40 mercados internacionais e contribuindo para a afirmação de uma das mais prestigiadas regiões vitivinícolas do País.

Mais do que uma estrutura de comercialização, a UDACA afirma-se como um verdadeiro projeto coletivo ao serviço do território, promovendo a união entre as Adegas Cooperativas, a valorização dos produtores e a preservação da identidade dos vinhos do Dão. Paralelamente, tem procurado conciliar tradição e inovação, apostando na qualidade, na sustentabilidade, na modernização das suas infraestruturas e, mais recentemente, no enoturismo como forma de reforçar a ligação entre o vinho, a cultura e o território.

Nesta entrevista à *Espaço Rural*, o Presidente do Conselho de Administração da UDACA, António Mendes, faz um balanço dos 60 anos da instituição, analisa os desafios que se colocam atualmente ao sector vitivinícola e ao cooperativismo e partilha a visão estratégica da União para continuar a afirmar os vinhos do Dão em Portugal e além-fronteiras.

UDACA
DÃO

FICHA INFORMATIVA

[NOME]
UDACA — União das Adegas Cooperativas do Dão

[CONTACTOS]
Estrada Principal – Parque Ind. Coimbrões
3500-322 Viseu
Telefone: +351 232 467 060
Email: geral@udaca.pt



2. ANTÓNIO MENDES – PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA UDACA

Entrevista com o Presidente do Conselho de Administração da UDACA

A UDACA assinalou recentemente os seus 60 anos de existência com uma cerimónia que reuniu diversas entidades ligadas ao sector agrícola, cooperativo e vitivinícola. Como decorreram estas comemorações e que significado assumem estes 60 anos para a instituição, para as Adegas Cooperativas associadas e para os viticultores da região?

Os 60 anos da UDACA representam um marco de enorme significado para a instituição. São o resultado de seis décadas de trabalho, persistência e capacidade de adaptação aos desafios que o sector foi enfrentando, mas também simbolizam a força da união entre as Adegas Cooperativas, que continua a ser essencial para valorizar os viticultores e afirmar os vinhos do Dão. Este percurso foi construído por muitos dirigentes, colaboradores e cooperantes ao longo das últimas décadas, motivo pelo qual esta data representa, para todos nós, um grande orgulho, mas também uma responsabilidade acrescida na preparação do futuro.

Procurámos assinalar este aniversário com a dignidade que a ocasião merecia, através de uma cerimónia que reuniu representantes de instituições públicas nacionais, de diversas entidades ligadas ao sector vitivinícola, cooperativo e agrícola, entre os quais o Presidente da CONFAGRI, Idalino Leão. Foi um momento de celebração, mas também de reconhecimento do percurso da UDACA e da importância que a instituição continua a assumir para a região e para o sector.

Desde a sua fundação, em 1966, a UDACA tem desempenhado um papel agregador das Adegas Cooperativas da região. Como caracteriza hoje a missão da UDACA e o seu contributo para a valorização dos produtores e do sector vitivinícola do Dão?

A missão da UDACA mantém-se fiel àquela que esteve na origem da sua criação, há 60 anos: valorizar a produção das Adegas Cooperativas associadas e, como tal, dos milhares de viticultores que representam. As nossas associadas são as Adegas Cooperativas, às quais adquirimos os vinhos para posterior comercialização, sempre com o objetivo de acrescentar valor e garantir uma remuneração justa pela produção. No entanto, o mais importante não é apenas essa valorização económica, mas a escala e a força que a união proporciona.

O cooperativismo nasce precisamente da necessidade de ultrapassar limitações individuais. Tal como um pequeno agricultor se associa a uma cooperativa para ganhar dimensão e capacidade de resposta, também as cooperativas se unem na UDACA para reforçar a sua massa crítica, a capacidade de investimento e a presença nos mercados.

É essa união que permite criar valor para toda a cadeia, fortalecendo o sector vitivinícola do Dão e cumprindo o objetivo que continua a orientar a nossa atuação: valorizar o trabalho dos viticultores e contribuir para o desenvolvimento da região.

O Dão é uma das regiões vitivinícolas mais emblemáticas de Portugal, reconhecida pela qualidade e singularidade dos seus vinhos. Quais considera serem atualmente os principais fatores diferenciadores dos vinhos do Dão e da oferta da UDACA?

O grande fator diferenciador dos vinhos do Dão é, sem dúvida, o seu *terroir*. A combinação entre as castas, os solos, as condições edafoclimáticas e o saber-fazer das pessoas confere aos nossos vinhos uma identidade muito própria e impossível de replicar noutras regiões.

Castas emblemáticas como a Touriga Nacional e, sobretudo, o Encruzado têm contribuído para afirmar essa diferenciação. No caso dos vinhos brancos, o Encruzado é hoje uma das grandes bandeiras da região e um dos grandes elementos distintivos da estratégia de valorização dos vinhos do Dão.

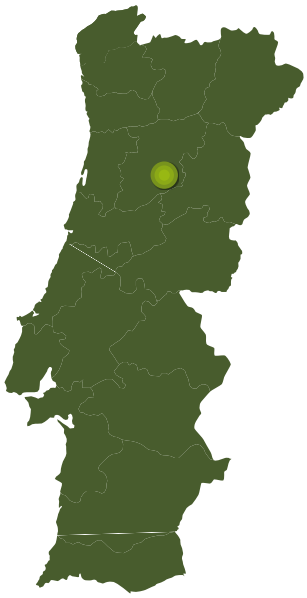
Esta conjugação de fatores traduz-se em vinhos de grande elegância, elevada capacidade de envelhecimento e uma tipicidade muito própria, características que permitem identificar facilmente um vinho do Dão.

No caso da UDACA, a nossa oferta distingue-se também por representar toda a região. Os vinhos resultam da seleção de produções provenientes das diferentes Adegas Cooperativas associadas, localizadas em várias sub-regiões do Dão, permitindo criar lotes que expressam de forma muito representativa a identidade e a diversidade da região.

A internacionalização tem assumido uma importância crescente na estratégia da UDACA, que exporta uma parte significativa da sua produção para inúmeros mercados. Que balanço faz deste percurso e quais são hoje os principais desafios e oportunidades nos mercados externos?

A internacionalização é, desde há vários anos, um dos pilares da estratégia da UDACA. Atualmente, cerca de 80% da nossa produção destina-se aos mercados externos, uma opção que resulta também do posicionamento das Adegas Cooperativas associadas, que têm vindo a reforçar a sua presença no mercado

PORTUGAL CONTINENTAL



SAIBA MAIS SOBRE A UDACA

nacional, permitindo à UDACA concentrar a sua atividade na exportação.
Ao longo deste percurso temos consolidado a presença em diversos mercados, apesar de alguns constrangimentos provocados pela conjuntura internacional, como aconteceu com a guerra na Ucrânia, que afetou mercados importantes para a UDACA.
A nossa principal mais-valia reside na capacidade de produção, de engarrafamento e na escala que conseguimos oferecer aos clientes internacionais. Acresce o facto de trabalharmos com vinhos provenientes das diferentes Adegas Cooperativas associadas, o que nos permite criar lotes muito representativos da identidade da região, mantendo simultaneamente um perfil consistente e uma qualidade estável ao longo dos anos, o que agrada aos clientes. Essa capacidade de garantir volume, regularidade e autenticidade constitui uma vantagem competitiva importante e continuará a ser determinante para o crescimento da UDACA nos mercados internacionais.



3. INAUGURAÇÃO DO ESPAÇO DE ENOTURISMO COM A PRESENÇA DO PRESIDENTE DA UDACA, ANTÓNIO MENDES, PRESIDENTE DA CONFAGRI, IDALINO LEÃO, MINISTRO DA PRESIDÊNCIA, LEITÃO AMARO, PRESIDENTE CM VISEU, JOÃO AZEVEDO, JOÃO SOARES E ARLINDO CUNHA

As comemorações dos 60 anos ficaram também marcadas pela inauguração do novo Espaço UDACA – Enoturismo. Que importância assume esta aposta na promoção do território, do património vínico e da ligação entre o vinho e o turismo?
A criação do Espaço UDACA – Enoturismo resulta de uma aposta estratégica que responde à crescente procura por experiências ligadas ao vinho e ao território. Estando a UDACA localizada no centro da cidade de Viseu, entendemos que fazia todo o sentido criar um espaço capaz de acolher quem nos visita e de dar a conhecer a realidade da região vitivinícola do Dão.
O nosso objetivo não é substituir a oferta existente, mas complementar o trabalho desenvolvido pelos restantes agentes, proporcionando um espaço que represente o conjunto da região e das Adegas Cooperativas associadas. Estamos, por isso, a desenvolver diferentes programas de enoturismo que permitam dar a conhecer os nossos vinhos, as nossas instalações e a história que está por detrás de cada garrafa. Mais do que proporcionar provas de vinho, queremos oferecer uma experiência que permita compreender o território, as pessoas e o trabalho que lhe dão origem. Muitas vezes, quem aprecia um vinho desconhece que, por detrás de uma garrafa da UDACA, estão mais de dois mil viticultores que, de forma muito tradicional, preservam a paisagem, a cultura e a identidade da região. O enoturismo permite precisamente estabelecer essa ligação entre o vinho, o território e as pessoas, contribuindo para valorizar a região, dinamizar a economia local e reforçar a notoriedade dos vinhos do Dão.

A vitivinicultura enfrenta atualmente desafios significativos. Quais considera serem hoje os principais desafios para os produtores e para as Adegas Cooperativas da região do Dão?
O maior desafio que a vitivinicultura enfrenta atualmente é, na minha perspetiva, a escassez de mão de obra. Trata-se de um problema transversal ao país, mas que assume particular expressão numa região de minifúndio como o Dão, onde muitas explorações têm reduzida dimensão e maiores dificuldades em contratar trabalhadores especializados para as diferentes operações da vinha. Outro desafio importante prende-se com a rápida evolução dos mercados e das preferências dos consumidores. Hoje é fundamental acompanhar estas mudanças, quer ao nível das castas mais procuradas, quer das técnicas de vinificação, adaptando a oferta às novas tendências sem perder a identidade que caracteriza os vinhos do Dão.
As alterações climáticas representam igualmente uma realidade à qual o sector terá de continuar a adaptar-se, procurando soluções que permitam manter a qualidade e a sustentabilidade da produção. A tudo isto acresce o aumento generalizado dos fatores de produção, que tem vindo a pressionar os custos das explorações e das adegas, tornando cada vez mais importante encontrar formas de aumentar a eficiência e a competitividade.

A UDACA tem procurado conciliar a preservação da identidade e tradição dos vinhos do Dão com a necessidade de inovação e adaptação aos mercados. Como se traduz este equilíbrio na estratégia da instituição?
A preservação da identidade dos vinhos do Dão e a capacidade de inovação são objetivos que devem caminhar lado a lado e que estão sempre presentes na nossa estratégia. Ao longo dos seus 60 anos de história, a UDACA construiu uma identidade própria que importa preservar, quer na forma de comunicar, quer no estilo dos seus vinhos. Ao mesmo tempo, é indispensável acompanhar a evolução dos mercados, das tecnologias e dos processos de produção, introduzindo melhorias que permitam responder às novas exigências dos consumidores, sem desvirtuar a autenticidade que distingue os vinhos da região.
Na UDACA procuramos precisamente esse equilíbrio: inovar sempre que isso acrescenta valor, mantendo como referência a nossa matriz cooperativa, a ligação ao território e o compromisso com os viticultores e as Adegas Cooperativas associadas. É essa combinação entre tradição e inovação que nos permite preparar o futuro, sem perder de vista aquilo que define a nossa identidade.



4. SALA DE BARRICAS DA UDACA

O sector cooperativo continua a desempenhar um papel fundamental na organização da produção agrícola e na valorização dos produtores. Que importância assume o modelo cooperativo no desenvolvimento do sector vitivinícola e dos territórios rurais? Esse papel é devidamente reconhecido?

O sector cooperativo tem um papel absolutamente fundamental no desenvolvimento da vitivinicultura nacional. Em muitas regiões, são as Adegas Cooperativas que asseguram o escoamento da produção dos viticultores e garantem a continuidade da atividade agrícola em territórios onde, muitas vezes, já não existem outros serviços ou operadores. Para além da sua função económica, as cooperativas desempenham também uma importante missão social. O seu principal objetivo não é o lucro, mas sim a valorização dos cooperantes e a criação de condições para que os pequenos produtores possam continuar a desenvolver a sua atividade e a viver nos seus territórios.

Nos últimos anos, as Adegas Cooperativas modernizaram-se profundamente. Hoje dispõem de tecnologia de ponta, de equipas técnicas altamente qualificadas e produzem vinhos de elevada qualidade, reconhecidos em concursos nacionais e internacionais. No entanto, continua a existir alguma perceção desajustada sobre o sector cooperativo, que nem sempre reflete a realidade atual. Ao escolher um vinho de uma Adega Cooperativa, o consumidor está não só a adquirir um produto de qualidade e genuinamente ligado ao território, mas também a apoiar milhares de viticultores, a preservar a paisagem, a promover práticas agrícolas sustentáveis e a contribuir para a vitalidade económica e social das regiões rurais. É uma dimensão que importa continuar a valorizar e a dar a conhecer.

Num contexto em que a agricultura e a agroindústria são determinantes para a economia, para a coesão territorial e para a soberania alimentar, considera que estes sectores devem assumir uma posição mais central nas estratégias de desenvolvimento do País?

Sem dúvida. A agricultura, e em particular todo o sector agroalimentar, deve assumir um lugar central nas estratégias de desenvolvimento do País. Valorizar aquilo que produzimos é essencial para reforçar a economia nacional, aumentar a nossa competitividade e garantir uma maior soberania alimentar.

Além da disponibilização de apoios financeiros, é também fundamental criar condições para que os agricultores possam exercer a sua atividade com menos burocracia, maior eficiência e melhores condições de vida nos territórios rurais. Produzir alimentos deve ser a prioridade dos agricultores e as políticas públicas devem facilitar esse trabalho.

No caso da vitivinicultura, a importância da vinha vai muito além da produção de vinho. Em muitas regiões, como o Dão, a vinha desempenha um papel decisivo na preservação da paisagem, na fixação das populações e na dinamização da economia local. Sem esta atividade, muitos destes



5. DOM DIVINO BRANCO E TINTO

territórios estariam sujeitos ao abandono. Neste contexto, as cooperativas assumem também um papel estratégico. Pela sua proximidade aos agricultores e pela presença em todo o território, podem funcionar como parceiros fundamentais na prestação de apoio técnico, na dinamização das economias locais e na implementação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável da agricultura e dos territórios rurais.



6. TESOURO DA SÉ TINTO

Como avalia a relação da UDACA com a CONFAGRI e que importância atribui ao papel da Confederação na representação e defesa das cooperativas agroalimentares portuguesas?

A relação da UDACA com a CONFAGRI é muito positiva e enquadra-se na lógica do próprio movimento cooperativo. Os pequenos agricultores organizam-se em cooperativas, as cooperativas unem-se em federações e estas integram a CONFAGRI, criando uma estrutura de representação capaz de defender os interesses de todo o sector.

No nosso caso, a UDACA está ligada à FENADEGAS, que, por sua vez, integra a CONFAGRI. Esta articulação é fundamental para garantir uma representação forte junto dos decisores políticos, defendendo os interesses das cooperativas, dos viticultores e do mundo rural.

A CONFAGRI desempenha, por isso, um papel essencial na defesa do modelo cooperativo, na valorização da agricultura nacional e no acompanhamento das políticas agrícolas, tanto a nível nacional como europeu. Só através de uma atuação concertada e de uma voz comum é possível reforçar a capacidade de influência do sector e responder aos desafios que se colocam às cooperativas e aos agricultores portugueses.

Para terminar, que mensagem gostaria de deixar às Adegas Cooperativas associadas, aos viticultores e aos consumidores que continuam a escolher e a valorizar os vinhos do Dão?

Às nossas Adegas Cooperativas e aos viticultores gostaria de deixar uma mensagem de confiança e de esperança no futuro. O cooperativismo demonstra, há várias décadas, que a união é a melhor forma de enfrentar os desafios e de criar valor para os produtores e para os territórios. Juntos seremos sempre mais fortes.

Aos consumidores, quero agradecer a confiança que depositam nos vinhos do Dão e, em particular, nos vinhos das Adegas Cooperativas. Quando escolhem um destes vinhos, estão a optar por um produto de qualidade, genuinamente ligado ao território e à sua identidade. Estão também a apoiar milhares de pequenos viticultores que, com dedicação e paixão, preservam a paisagem, mantêm viva a tradição vitivinícola da região e contribuem diariamente para o desenvolvimento económico, social e ambiental do Dão. ●

A FEIRA AGRÍCOLA DO NORTE ESTÁ DE REGRESSO AO ESPAÇO AGROS

AGROSEMANA REGRESSA EM SETEMBRO PARA A 12.ª EDIÇÃO E REFORÇA O SEU PAPEL NA VALORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL

Entre os dias **3 e 6 de setembro de 2026**, o Espaço AGROS, na Póvoa de Varzim, recebe a **12.ª edição da AgroSemana – Feira Agrícola do Norte**, um dos mais relevantes eventos a norte de Portugal. Ao longo de quatro dias, a iniciativa reunirá produtores, cooperativas, empresas, especialistas e público em geral, promovendo o encontro entre a inovação, a tradição e a **valorização da Produção Nacional**.

Com uma programação diversificada, a AgroSemana volta a assumir-se como um espaço privilegiado para a partilha de conhecimento e para a apresentação das mais recentes soluções e tendências do sector agrícola. Entre os destaques contam-se as **Sessões Técnicas e os Seminários**, que abordarão temas atuais e estratégicos para a atividade, bem como as **visitas aos Campos de Ensaio**, onde será possível conhecer diferentes variedades de milho adaptadas às características da região Norte.

Paralelamente à componente profissional, a Feira continuará a apostar na promoção dos produtos nacionais e no reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas cooperativas e pelos produtores portugueses. O Espaço Agroalimentar será novamente palco de *Showcookings* e provas gastronómicas que evidenciam a qualidade da produção nacional, com especial enfoque no leite, nos seus derivados e nas carnes provenientes de raças autóctones.



1. ASPETO GERAL DO RECINTO DA FEIRA NA AGROSEMANA 2025

A dimensão social permanece uma das marcas distintivas da AgroSemana. Em 2026, diversas iniciativas solidárias integrarão o programa do certame, incluindo a tradicional caminhada e o batismo a cavalo, cujas receitas e contributos reverterão a favor de uma IPSS presente na feira que beneficiará dos contributos de todos os participantes.

Pensada para públicos de todas as idades, a edição deste ano conjuga ainda momentos de convívio e entretenimento, prometendo atrair milhares de visitantes ao recinto para disfrutar dos espaços de restauração, animação e atividades para toda a família.

Depois de uma edição anterior marcada pela forte adesão do público e pela participação de mais de 200 expositores, a AgroSemana renova a ambição de consolidar a sua posição como uma referência nacional na promoção da agricultura, do cooperativismo e da inovação no sector.



2. VISITA DO MINISTRO DA AGRICULTURA E MAR AO STAND DA CONFAGRI NA AGROSEMANA 2025

A CONFAGRI participará ativamente nesta edição da AgroSemana, marcando presença com um stand próprio na zona institucional e promovendo duas iniciativas dirigidas aos profissionais do sector. No dia 3 de setembro, realizará uma sessão técnica dedicada à agricultura de precisão e à digitalização das explorações agrícolas, onde serão apresentados exemplos concretos da aplicação de sensores, drones e Inteligência Artificial na gestão das culturas, demonstrando o contributo destas tecnologias para uma agricultura mais eficiente e sustentável. No dia 4 de setembro promoverá o seminário "Desafios do Sector Agroalimentar", um espaço de reflexão e debate que reunirá representantes dos diferentes elos da cadeia de valor agroalimentar para analisar os principais desafios que se colocam à produção, à indústria, à distribuição e ao consumidor.

Visite-nos entre 3 e 6 de setembro, no Espaço AGROS. A entrada será gratuita até às 18h00 nos dias 3, 4 e 5 de setembro, bem como durante todo o dia 6 de setembro. Após esse horário, o acesso terá um custo de 5 euros para visitantes com mais de 12 anos, estando igualmente disponível um passe de três dias pelo valor de 12 euros.

A 12.ª AgroSemana convida profissionais e visitantes a descobrir um sector em constante evolução, aproximando o mundo urbano da realidade agrícola e reforçando a importância económica, social e cultural da Produção Nacional. ●



3. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA AGROS E DA CONFAGRI, IDALINO LEÃO, NA SESSÃO INAUGURAL DA AGROSEMANA 2025

Mais informações: www.agrosemana.pt

CONFAGRI PARTICIPA NA 3.ª EDIÇÃO DA EXPOAGRIBAR E REFORÇA VALORIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO AGRÍCOLA

TEXTO
PAULO MARQUES
CONFAGRI

Entre os dias 18 e 20 de junho realizou-se, em Vila Boa, Barcelos, a 3.ª edição da EXPOAGRIBAR – Feira de Campo do Norte, iniciativa promovida pela AGRIBAR – Cooperativa Agrícola de Barcelos, que voltou a afirmar-se como um dos principais pontos de encontro do sector agrícola no Norte do país, tendo reunido agricultores, cooperativas, empresas, organizações do sector e entidades públicas, proporcionando um espaço privilegiado para a apresentação de inovação tecnológica, demonstrações de maquinaria, ensaios de campo, divulgação de soluções técnicas e debate sobre os desafios que atualmente se colocam à agricultura portuguesa.



1. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA AGRIBAR, CARLOS MIRANDA

Na sessão de inauguração, o Presidente da AGRIBAR, Carlos Miranda, destacou o percurso de crescimento da feira e lançou o desafio de reforçar a aposta no desenvolvimento rural do concelho de Barcelos. Defendeu a criação de um plano municipal para o sector agrícola, com especial atenção ao apoio aos jovens agricultores, à sanidade animal e ao fortalecimento da agricultura enquanto fator de coesão territorial e de desenvolvimento económico local.



2. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CONFAGRI, IDALINO LEÃO

A inauguração contou igualmente com a presença do Presidente da CONFAGRI, Idalino Leão, que destacou o importante papel desempenhado pela AGRIBAR na dinamização do sector agrícola da região e na criação de iniciativas capazes de aproximar agricultores, cooperativas, empresas e centros de conhecimento. Sublinhou ainda que eventos desta natureza constituem espaços privilegiados para promover a inovação, a competitividade e a cooperação entre os diferentes agentes do sector.

A CONFAGRI marcou presença na feira com um espaço institucional próprio, onde promoveu o contacto com agricultores, cooperativas e restantes visitantes, reforçando o seu compromisso com a valorização do sector cooperativo e com a divulgação de projetos que contribuem para uma agricultura mais competitiva, sustentável e inovadora.

Um dos momentos da participação da CONFAGRI foi a realização do *workshop* "Como saber se está a fertilizar a vinha no momento certo? A aplicação de modelos de Inteligência Artificial para prever as necessidades de fertilização", integrado no projeto europeu VITISENSE. A sessão foi conduzida por Lúcia Sangiogi, da DATINNOVA, e por Cátia Pinto, da CONFAGRI, permitindo apresentar uma solução inovadora de fertilização de precisão que combina inteligência artificial com informação proveniente de sensores de solo, estações meteorológicas, imagens de satélite e análises laboratoriais. O objetivo passa por disponibilizar recomendações específicas para cada vinha, contribuindo para decisões mais informadas, maior eficiência na utilização de recursos e uma produção vitivinícola mais sustentável.



3. WORKSHOP DA CONFAGRI NO ÂMBITO DO PROJETO VITISENSE

Ao longo dos três dias, a EXPOAGRIBAR voltou a evidenciar o dinamismo do sector agrícola da região, conjugando tradição, inovação e partilha de conhecimento num ambiente de forte proximidade entre produtores, empresas e organizações.

A participação da CONFAGRI nesta terceira edição reafirmou o seu compromisso com o desenvolvimento do cooperativismo agrícola, a promoção da inovação e o fortalecimento de iniciativas que valorizam os territórios rurais e contribuem para uma agricultura cada vez mais sustentável, competitiva e preparada para os desafios do futuro. ●

NOVO QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL 2028-2034 PODE COLOCAR A POLÍTICA AGRÍCOLA EM RISCO

TEXTO
AUGUSTO FERREIRA
CONFAGRI



O futuro da Política Agrícola Comum (PAC) volta a estar no centro do debate europeu com a apresentação da proposta de Quadro Financeiro Plurianual (QFP) para 2028-2034. Apesar de a Comissão Europeia apresentar esta proposta como um reforço do orçamento comunitário, uma análise mais detalhada revela sinais que suscitam preocupação quanto ao financiamento futuro da agricultura europeia.

Em 16 de julho de 2025, a Comissão Europeia apresentou a sua proposta para o Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2028-2034, com um montante global de cerca de 2 biliões de euros, equivalente a 1,26% do Rendimento Nacional Bruto da UE ao longo do período.

Apesar do valor da proposta ter sido apresentado como representando um enorme aumento do orçamento, cerca de 65%, na realidade e comparando com o atual orçamento – quadro financeiro plurianual (QFP) –, que abrange o período de 2021 a 2027, verificamos que a dotação total foi de 2.030 mil milhões de euros, correspondendo a 1,216 biliões de euros ao abrigo do quadro financeiro plurianual (a preços correntes), aos quais se acrescentaram, a título de empréstimo, 807 mil milhões de euros ao abrigo do instrumento extraordinário de recuperação, o *NextGenerationEU* (a preços correntes). O que demonstra que a realidade é diferente da mensagem inicialmente transmitida.

Esta realidade é suportada e validada pela informação do Parecer 03/2026, do Tribunal de Contas Europeu, sobre a proposta de regulamento do Conselho que estabelece o quadro financeiro plurianual para o período de 2028 a 2034, que ao comparar o atual QFP, com a dotação financeira total proposta no âmbito do QFP para 2028-2034, excluindo as dotações reservadas para o reembolso dos empréstimos contraídos no âmbito do Instrumento de Recuperação da União Europeia (IRUE) – *NextGenerationEU* – constata uma diminuição de 5% a preços de 2025 (79 mil milhões de euros).

Se no período 2021-2027 a segurança e a defesa ocupavam o último lugar entre as prioridades do QFP, agora, a Comissão Europeia propõe um orçamento que reforce a capacidade da UE para responder aos novos desafios em áreas como a segurança, a defesa, a competitividade, a migração, a energia e a resiliência climática, resultantes das mudanças geopolíticas

QUADRO FINANCEIRO	MONTANTE (preços correntes)
- QFP 20212027	**1,21 biliões €**
- NextGenerationEU (extraordinário)	**806,9 mil milhões €**
- Total QFP 2021-2027 + NGEU	**2,02 biliões €**
- Proposta QFP 2028-2034	**2 biliões €**

e económicas a que vimos assistindo nos últimos tempos. Neste orçamento também são reduzidas as rúbricas com o intuito de aumentar a flexibilidade e facilidade de gestão. Assim, a arquitetura orçamental, reduz o número de rubricas de sete para quatro. Esta simplificação poderá depois não conduzir a qualquer simplificação para os beneficiários finais, dependendo das regras de execução e dos Estados-membros.

Neste processo de simplificação de fundos, a Comissão Europeia ao propor um Fundo Único que agrupa a Política Agrícola Comum (PAC) e outros fundos estruturais, deixa a futura PAC suscetível a fortes riscos de cortes orçamentais, dado nesta proposta de Fundo, os tradicionais pilares da PAC, o 1º Pilar (FEAGA - Pagamentos diretos) e o 2º Pilar (FEADER - Desenvolvimento rural), deixarem de existir separadamente, passando a integrar o Fundo e sem dotação assegurada equivalente.

Do Fundo Único, ou fundo para a «Coesão económica, social e territorial, prosperidade e segurança agrícola, rural e marítima» sairá a criação de **Planos de Parceria Nacionais e Regionais**, que integrarão investimentos e reformas numa lógica semelhante à utilizada no Mecanismo de Recuperação e Resiliência. Estes planos absorverão uma parte muito significativa do orçamento (cerca de **865 mil milhões de euros**).

Outro dos principais fundos, é o Fundo Europeu para a Competitividade, que destinará uma parte, cerca de **409 mil milhões de euros**, para reforçar a autonomia estratégica da Europa e a sua capacidade industrial e tecnológica. Apoiando, fundamentalmente, ações ligadas à transição energética e descarbonização; à transformação digital; à saúde, biotecnologia, agricultura e bioeconomia; e à defesa e ao espaço.

E, quais serão então as implicações da proposta de envelope nacional, PAC – *ringfenced*, para os agricultores nacionais?

Nesta proposta de envelope nacional para a PAC, Portugal irá dispor de um montante médio anual de 1,061 mil milhões de euros. Valor muito inferior para manter futuramente um nível de apoios, pelo menos, idêntico ao verificado no QFP 2021-2027.

Conforme demonstram os quadros anteriores, no próximo QFP 2028-2034 faltam ainda assegurar para o sector, aproximadamente 345 milhões de euros anuais. Ou seja, **mesmo com um «nível de ambição nulo» faltam 2.415 milhões de euros para o período 2028-2034**. Na situação

QFP 2021-2027: PRINCIPAIS DOMÍNIOS DE DESPESAS (A PREÇOS DE 2020)	
- Coesão, resiliência e valores	**426,7 mil milhões €**
- Recursos naturais e ambiente	**401 mil milhões €**
- Mercado único, inovação e digital	**149,5 mil milhões €**
- Vizinhança e mundo	**110,6 mil milhões €**
- Administração pública europeia	**82,5 mil milhões €**
- Migração e gestão das fronteiras	**25,7 mil milhões €**
- Segurança e defesa	**14,9 mil milhões €**

QFP 2028-2034: PRINCIPAIS DOMÍNIOS DE DESPESAS (EM MILHÕES DE EUR, A PREÇOS CORRENTES, DEFLATOR DE 2%)	
- Coesão económica, social e territorial, prosperidade e segurança agrícola, rural e marítima (ou Fundo Único)	**1.062 mil milhões €**
- Competitividade, prosperidade e segurança	**589,6 mil milhões €**
- Europa Global	**215,2 mil milhões €**
- Administração	**117,8 mil milhões €**

ESTADO-MEMBRO	**DOTAÇÃO PAC 2021-2027** (MIL MILHÕES €)	**PROPOSTA ENVELOPE NACIONAL PAC – *RING-FENCED* - 2028-2034** (MIL MILHÕES €)	**VARIAÇÃO**
Portugal	10,8	7,4	-31,3%
UE (Média 27)	431,25	293,7	-31,9%

QFP 2021-2027 (DESPESAS FEAGA E/OU FEADER) MEDIDAS E DOTAÇÃO GLOBAL ANUAL		QFP 2028-2034 (PROPOSTA *RINGFENCED* PAC - PT) MEDIDAS E DOTAÇÃO GLOBAL PREVISIONAL	
· Apoio ao rendimento base · Pagamento vaca em aleitamento · Pagamento aos pequenos ruminantes · Pagamento leite de vaca · Pagamento ao arroz · Pagamento ao tomate para indústria · Pagamento às proteaginosas · Pagamento aos cereais praganosos · Pagamento ao milho grão · Pagamento ao milho silagem · Pagamento à multiplicação de sementes certificadas · Pagamento específico para o algodão · Pagamento aos pequenos agricultores · Apoio redistributivo complementar	> 632 Milhões € >	· Apoio degressivo ao rendimento com base na superfície · Apoio associado ao rendimento · Pagamento específico para o algodão · Pagamentos aos pequenos agricultores	> Medidas financiadas a 100% pelo orçamento da UE
· Maneio da pastagem permanente · Promoção da fertilização orgânica · Melhorar a eficiência alimentar animal para redução das emissões de GEE · Bem-estar animal e uso racional de antimicrobianos · Práticas promotoras da biodiversidade · PROGRAMA NACIONAL PARA APOIO AO SECTOR DA FRUTA E DOS PRODUTOS HORTÍCOLAS · PROGRAMA NACIONAL PARA APOIO AO SECTOR DA APICULTURA · PROGRAMA NACIONAL PARA APOIO AO SECTOR DA VITIVINICULTURA · GESTÃO AMBIENTAL E CLIMÁTICA · Investimentos na exploração agrícola · Instalação jovens agricultores · Silvicultura sustentável · Gestão de riscos · Apoio à promoção de produtos de qualidade · Organização da produção · PROGRAMAS DE AÇÃO EM ÁREAS SENSIVEIS	> 624 Milhões € >	· Pagamento por condicionantes naturais e outras condicionantes específicas da área · Pagamentos por desvantagens resultantes de determinados requisitos obrigatórios · Ações agroambientais e climáticas · Instrumentos de gestão de riscos · Investimentos para agricultores e produtores florestais · Instalação de jovens agricultores, novos agricultores, empresas rurais e *start ups* · Serviços de substituição · Intervenções sectoriais	> Medidas com cofinanciamento obrigatório pelo Estado-Membro. Contribuição nacional mínima de 30% das despesas públicas elegíveis
TOTAL	**1.256 Milhões €**	**TOTAL**	**1.061 Milhões €**

QFP 2021-2027 (DESPESAS FEAGA E/OU FEADER) MEDIDAS E DOTAÇÃO GLOBAL ANUAL		QFP 2028-2034 (PROPOSTA NÃO *RINGFENCED* PAC - PT) MEDIDAS E DOTAÇÃO GLOBAL PREVISIONAL	
· CONHECIMENTO · DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA · Investimentos na bioeconomia de base agrícola/florestal · REGADIOS COLECTIVOS SUSTENTÁVEIS · DESENVOLVIMENTO RURAL RAA · DESENVOLVIMENTO RURAL RAM · Regime Leite e Fruta Escolar	> 150 Milhões € >	· LEADER · Partilha do conhecimento e Inovação Cooperação territorial e local · Regime Escolar · POSEI	> Apoios fora do ***ringfenced*** PAC, a prever nos **Planos de Parceria Nacionais e Regionais**. Risco de potencial conflito com outros apoios no âmbito da coesão.
TOTAL	**150 Milhões €**	**TOTAL**	**Por Definir**

atual, é necessária ambição e coragem para reconhecer que a forte pressão sobre os custos de produção e o acentuar dos desafios climáticos, exigem apoios para melhorar a eficiência das explorações e a sua produtividade, de modo a assegurar a viabilidade, a coesão territorial e a segurança alimentar.

A integração da PAC num Fundo Único deixa de garantir uma dotação financeira própria para os seus dois pilares, aumentando o risco de cortes orçamentais e comprometendo a previsibilidade dos apoios ao sector agrícola.

Face a estes cenários, as propostas da Comissão Europeia têm registado evoluções. E, em novembro de 2025, no âmbito das discussões sobre o QFP 2028-2034 e os Planos de Parceria Nacionais e Regionais (PPNR), a Comissão Europeia introduziu uma proposta de meta para as áreas rurais (rural target), estipulando que pelo menos 10% dos recursos dos planos (excluindo as verbas cativas da PAC e pescas) pudessem ser dedicados a atender às necessidades específicas dos territórios rurais. No caso de Portugal, esta proposta permitiria mobilizar para o sector agrícola até 2,5 mil milhões de euros. Mais recentemente, e em consequência dos desenvolvimentos relacionados com o Mercosul e o atual contexto geopolítico do Médio Oriente que avivou as preocupações com a segurança alimentar, a Presidente da Comissão Europeia, lançou mais uma "carta" anunciando que os Estados-membros, aquando da apresentação do seu plano inicial do PPNR, podem antecipar até dois terços do montante normalmente disponível para a revisão intercalar, o que significaria, no caso de Portugal, a mobilização de cerca de 2,4 mil milhões de euros para apoiar a agricultura.

No próximo QFP 2028-2034 continuam por assegurar cerca de 345 milhões de euros por ano para manter o atual nível de apoios ao sector agrícola, o que representa aproximadamente 2,4 mil milhões de euros ao longo do período.

Parecem, pois, existir instrumentos capazes de assegurar os apoios necessários para o sector agrícola através do QFP 2028-2034. A alternativa, menos viável, parece ser aumento do cofinanciamento nacional, através do Orçamento de Estado, para compensar as limitações do orçamento da U.E.. Assim, **resta saber se nos desafios das discussões internas existe força e vontade suficiente para suprir as insuficiências financeiras do *ringfencing* da PAC. Caso contrário, intervenções sectoriais fundamentais, como as destinadas às frutas e hortícolas, ao vinho, à apicultura, à gestão do risco, à renovação geracional ou ao investimento nas explorações agrícolas e florestais, poderão ficar seriamente comprometidas, colocando em risco milhares de explorações agrícolas.** ●

NOVOS TRACTORES COMPACTOS

IDEAIS PARA PEQUENAS PROPRIEDADES



LOVOL
Tractores compactos, Fiáveis e Robustos de 25 a 115 CV

LOVOL

PREET AVENGER
Trator compacto, Ergonómico e Elegante de 20 e 26 CV

PREET AVENGER





LOVOL
Mini escavadora FR26

LOVOL

Auto Industrial
Divisão Agrícola

Tractorluso
Grupo Auto-Industrial

Edifício Auto Industrial, Estrada da Circunvalação,
2794-065 Carnaxide | +351 210 009 752
divisaoagricola.autoindustrial.pt **tractorluso.pt**

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DA COSTA AZUL

HÁ 110 ANOS AO SERVIÇO DAS PESSOAS E DO DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO



1. SEDE DA CCAM EM SANTIAGO DO CACÉM

TEXTO
PAULO MARQUES
CONFAGRI

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) da Costa Azul celebrou este ano 110 anos de uma história profundamente ligada às comunidades, às empresas e às atividades económicas do território onde está implantada. Fundada em 1916, a instituição chega a este marco com uma presença consolidada e uma dimensão reforçada, afirmando-se como uma referência do Crédito Agrícola no apoio ao desenvolvimento regional e à coesão entre territórios com características muito distintas.

A sua área social abrange os concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Montemor-o-Novo, Ourique, Santiago do Cacém, Sesimbra, Setúbal e Sines, num universo de mais de 288 mil habitantes. Trata-se de uma região marcada por fortes contrastes: dos concelhos de baixa densidade, onde predominam a agricultura e a pecuária, aos centros mais urbanos e industrializados, onde ganham relevo o comércio, os serviços e a atividade industrial. O turismo atravessa igualmente toda a área de intervenção da Caixa, com particular expressão no litoral e em concelhos como Grândola.

No plano agrícola, este é um território de grande diversidade produtiva. Os montados de sobro e azinho, a silvopastorícia, a pecuária extensiva e intensiva, o arroz, as culturas hortícolas, e outras culturas permanentes como o olival compõem um mosaico económico onde coexistem grandes explorações e propriedades de pequena e média dimensão. É neste contexto que a CCAM da Costa Azul tem procurado conciliar proximidade, conhecimento do território e capacidade financeira.

Os números de 2025 traduzem essa dimensão: 84.580 clientes, dos quais 26.240 associados, 150 colaboradores, 552 milhões de euros de crédito concedido e mais de mil e sessenta e cinco (1.065) milhões de euros em recursos de clientes. A instituição dispõe de 23 agências, uma unidade especializada no segmento empresarial e uma vasta rede de equipamentos de apoio, incluindo 65 ATM, muitos deles instalados fora das agências e em zonas populacionais mais isoladas. A solidez financeira reflete-se ainda num rácio de fundos próprios de nível 1 (TIER1) de 23,1%.

A criação da Fundação Caixa Agrícola Costa Azul, em 2019, e a incorporação da CCAM de Alcácer do Sal e Montemor-o-Novo, em 2024, marcaram uma etapa de expansão e de reforço da intervenção social. Nesta entrevista, o Presidente do Conselho de Administração revisita 110 anos de percurso, analisa os desafios do sector financeiro e do mundo rural e projeta o futuro de uma Caixa que continua a crescer sem perder a proximidade que está na sua origem.

FICHA INFORMATIVA

[NOME]
CCAM da Costa Azul

[CONTACTOS]
Av. D. Nuno Álvares Pereira, 2
7540-102 Santiago do Cacém

Telefone: +351 269 829 340
Email: costaazul@creditoagricola.pt



2. RUI GOMES — PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Entrevista com o Presidente do Conselho de Administração da CCAM da Costa Azul

1. A CCAM da Costa Azul celebra este ano 110 anos de existência. Que significado assume este marco histórico para a instituição e de que forma assinalaram este aniversário?
O 110.º aniversário da CCAM da Costa Azul representa mais uma etapa de um percurso marcado pela dedicação, pelo empenho e pelo trabalho de gerações de associados, dirigentes e colaboradores que contribuíram para engrandecer esta Instituição ao longo de mais de um século.

Para assinalar esta data tão significativa promovemos uma Conferência dedicada ao papel da banca cooperativa, ao desenvolvimento do território e ao futuro da economia, que reuniu representantes das Caixas e Empresas do SICAM, bem como diversas entidades ligadas ao sector. Tivemos ainda a satisfação de homenagear os nossos associados com 50 ou mais anos de ligação à Caixa, distinguindo-os com a atribuição de uma medalha comemorativa, num reconhecimento pelo contributo e fidelidade demonstrados ao longo de décadas.

2. As comemorações dos 110 anos ficaram igualmente marcadas por uma conferência dedicada ao papel da banca cooperativa no desenvolvimento regional. Aproveitando essa reflexão, como caracteriza hoje o papel da CCAM da Costa Azul no desenvolvimento económico, social e territorial da sua área de intervenção e que contributo considera que o Crédito Agrícola pode continuar a dar no futuro?
A CCAM da Costa Azul tem sido, ao longo da sua história, um pilar do desenvolvimento económico e social da região onde exerce a sua atividade e pretende continuar a afirmar-se como um agente de proximidade, promovendo um crescimento assente na sustentabilidade económica, social e ambiental.
O nosso objetivo passa por reforçar continuamente o posicionamento da Caixa como banco de proximidade e parceiro preferencial das empresas, dos empresários e das famílias, construindo relações de confiança duradouras. Esse compromisso assenta numa oferta de produtos e serviços de elevada qualidade, centrada nas necessidades e satisfação dos nossos associados e clientes e ligada a um profundo conhecimento da realidade local.



3. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ESQ. PARA A DIR. : ANTÓNIO MOURA; RUI GOMES; MANUEL JORGE; TIAGO FALCÃO E SILVA

3. A banca cooperativa distingue-se pela proximidade às pessoas e pelo conhecimento da realidade local. Num contexto de forte transformação do sector financeiro, continua esta proximidade a ser um dos principais fatores diferenciadores do Crédito Agrícola?
Sem dúvida. As relações de proximidade e de longo prazo que mantemos com os nossos associados e clientes constituem um dos principais fatores diferenciadores do Crédito Agrícola. Esse conhecimento profundo da realidade local permite-nos compreender melhor as necessidades de cada cliente e disponibilizar soluções financeiras ajustadas, assegurando um elevado nível de serviço.
Naturalmente, esta aposta na proximidade implica custos de estrutura mais elevados

PORTUGAL CONTINENTAL



SAIBA MAIS SOBRE A CCAM DA COSTA AZUL

do que os de muitas instituições financeiras que, nos últimos anos, optaram pelo encerramento de agências e pela redução de postos de trabalho. Trata-se de um desafio permanente, sobretudo quando competimos com entidades que apresentam estruturas de custos muito diferentes.

bancária e, em muitos casos, os nossos ATM constituem o único ponto de acesso da população aos serviços financeiros. Manter esta proximidade significa garantir inclusão financeira, apoiar as comunidades locais e contribuir para a vitalidade económica e social dos territórios.



4. DA ESQ. PARA A DIR.: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM, BRUNO PEREIRA; PRESIDENTE DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA, SÉRGIO FRADE; SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DO TRABALHO, ADRIANO MOREIRA; PRESIDENTE DA CCAM COSTA AZUL, RUI GOMES, MOMENTOS ANTES DO CORTE DO BOLO COMEMORATIVO DO 110.º ANIVERSÁRIO DA INSTITUIÇÃO.

Ainda assim, acreditamos que o valor acrescentado proporcionado pela proximidade, pela confiança e pelo acompanhamento personalizado continua a fazer a diferença e a justificar a preferência dos nossos associados e clientes.

4. A CCAM da Costa Azul mantém uma presença física em localidades onde, em muitos casos, já não existe qualquer outra instituição bancária. Que importância assume esta aposta na manutenção da rede de agências para as populações e para a coesão territorial?

A manutenção da atual rede de agências representa um esforço significativo para a Caixa, refletindo-se inevitavelmente na nossa estrutura de custos e nos rácios de eficiência quando comparados com outras instituições financeiras. Ainda assim, continuamos a assumir esse compromisso porque entendemos que faz parte da nossa missão cooperativa servir as comunidades onde estamos presentes.

O contributo do Crédito Agrícola para a coesão territorial é, por isso, evidente. Estamos presentes em centenas de localidades onde somos a única instituição

5. A CCAM da Costa Azul desenvolve também uma importante intervenção social através da sua Fundação. Que papel desempenha esta Fundação junto das comunidades e de que forma complementa a missão da própria Caixa?

A Fundação Caixa Agrícola Costa Azul complementa a missão da Caixa no âmbito da responsabilidade social, apoiando iniciativas de caráter social, cultural, artístico, humanístico e filantrópico em toda a nossa área de intervenção.

Desde a sua criação, o reconhecimento que tem conquistado por parte das entidades e das populações beneficiárias demonstra o impacto positivo da sua atividade e reforça o compromisso da Caixa com uma intervenção que vai muito além da atividade bancária.

Através da Fundação, damos continuidade aos princípios de proximidade, solidariedade e compromisso com o território que sempre fizeram parte da identidade do Crédito Agrícola e da CCAM da Costa Azul.

6. O sector agroalimentar continua a assumir um papel relevante na atividade económica e na identidade do território. Que importância assume este sector na atividade da Caixa e no desenvolvimento económico da região?

A produção de alimentos é e continuará a ser uma atividade essencial para a sociedade e, por isso, o sector agroalimentar ocupa um lugar central na atuação da Caixa. Atualmente, representa cerca de um terço da nossa carteira de crédito, refletindo o forte compromisso que mantemos com as origens e a missão do Crédito Agrícola.

A nossa área de intervenção caracteriza-se por uma grande diversidade produtiva, abrangendo atividades como a produção de arroz, culturas hortícolas e frutícolas, pecuária, sistemas silvopastoris e florestais. Em todos estes sectores verifica-se uma forte aposta na modernização, especialização e otimização, fatores essenciais para garantir a sua competitividade e adaptação aos mercados.

Em vários concelhos da nossa área social, particularmente nos territórios de baixa densidade, o sector agroalimentar continua a constituir um dos principais motores da economia local, desempenhando um papel determinante na criação de riqueza, na fixação das populações e na dinamização do território.

7. A CCAM da Costa Azul disponibiliza há vários anos um Departamento Técnico de Apoio ao Sector Agrícola, prestando apoio aos agricultores em diversas áreas. Que importância assume este Departamento para os agricultores da região e que serviços disponibilizam através do mesmo?

A Caixa dispõe de um Departamento de Serviços Técnicos de Apoio Agrícola, constituído por quatro técnicos que prestam, em exclusivo, serviços de assessoria aos nossos associados. Entre os principais serviços disponibilizados incluem-se as candidaturas aos apoios ao rendimento, a elaboração de projetos e candidaturas ao investimento, os serviços no âmbito do SNIRA e a atualização do parcelário, contando para o efeito com o indispensável apoio da CONFAGRI, Confederação na qual estamos filiados através da FENACAM.

A Caixa continua a ser uma entidade de referência na região na prestação destes serviços, distinguindo-se pela sua qualidade, fruto da competência e experiência dos nossos técnicos e do importante suporte assegurado pela CONFAGRI. Para além disso, a Caixa mantém parcerias com diversas organizações representativas do sector agrícola na sua área social, procu-

rando alargar o apoio disponibilizado aos agricultores e contribuir para o fortalecimento e desenvolvimento do sector.

8. Quais são hoje as principais prioridades estratégicas da CCAM da Costa Azul num contexto marcado pela digitalização, pela crescente exigência regulatória e pela necessidade de continuar a prestar um serviço de proximidade?
A principal prioridade estratégica da CCAM da Costa Azul passa por continuar a assegurar um serviço de excelência aos seus associados e clientes, tanto através da nossa rede de agências como dos canais digitais, área em que o Crédito Agrícola tem procurado manter uma posição de vanguarda na disponibilização de soluções inovadoras.
Este desígnio representa um desafio permanente, quer pela crescente exigência regulatória, que se traduz em maiores custos para as instituições financeiras, quer pela forte concorrência de grandes grupos bancários, muitos deles de capital estrangeiro. Ainda assim, contamos com um fator diferenciador que continua a ser determinante: a confiança e a fidelização dos nossos associados e clientes, que reconhecem a Caixa como uma instituição próxima e verdadeiramente sua.

9. Num contexto em que o cooperativismo continua a assumir um papel determinante no desenvolvimento económico e social dos territórios, considera que este modelo merece uma maior valorização e reconhecimento por parte das políticas públicas?
O modelo cooperativo tem demonstrado, ao longo das últimas décadas, a sua importância para o desenvolvimento económico e social dos territórios, particularmente nas regiões do interior e de menor densidade, onde continua a desempenhar um papel de proximidade que muitas outras estruturas deixaram de assegurar.
O papel do Crédito Agrícola no desenvolvimento regional é amplamente reconhecido pelas entidades públicas, em particular pelas autarquias, com as quais a CCAM da Costa Azul mantém uma estreita relação de colaboração. Esse reconhecimento reflete a importância que o Crédito Agrícola continua a assumir no apoio às empresas, às famílias e ao desenvolvimento dos territórios rurais. Contudo, esse reconhecimento deve traduzir-se também em medidas concretas. Há muito que as Caixas de Crédito Agrícola defendem a revisão do respetivo regime jurídico, de forma a eliminar limitações que condicionam o exercício da sua atividade.

"Pretendemos afirmar-nos cada vez mais como um verdadeiro banco de proximidade, parceiro preferencial das empresas, dos empresários e das famílias."



5. UM DOS PAINÉIS DA CONFERÊNCIA REALIZADA PARA ASSINALAR OS 110 ANOS DA CCAM DA COSTA AZUL

Atendendo à natureza cooperativa do Crédito Agrícola e ao seu papel estruturante no desenvolvimento económico e social dos territórios, considero que o sector merece uma maior atenção por parte das políticas públicas.
Esse apoio poderá passar por um enquadramento legal mais ajustado e por mecanismos que reforcem a capacidade de capitalização das Caixas, contribuindo para consolidar um grupo financeiro de capital nacional, mais robusto, resiliente e preparado para continuar a apoiar as comunidades e a economia regional.

10. Como avalia a relação da CCAM da Costa Azul com a CONFAGRI e que importância atribui ao papel da Confederação na representação e defesa do sector cooperativo agroalimentar?
A longa relação da CCAM da Costa Azul com a CONFAGRI, descreve-se muito facilmente e numa só palavra: "EXCELENTE". É assim que sempre tem sido e irá continuar.
A CONFAGRI assume a liderança da defesa do sector cooperativo agroalimentar, no plano nacional e internacional, com elevada integridade e competência, fruto das capacidades, aptidão e conhecimento dos seus representantes e dirigentes. É um parceiro fundamental na defesa dos interesses do sector e na afirmação do modelo cooperativo.

11. Para terminar, que mensagem gostaria de deixar aos associados, clientes e à comunidade em geral neste ano em que a Caixa celebra os seus 110 anos de existência?
A celebração dos 110 anos da CCAM da Costa Azul é, acima de tudo, um momento de agradecimento. Aos associados e clientes, pela confiança que depositam diariamente na Instituição; aos colaboradores, pelo seu empenho e profissionalismo; e a todos os que, ao longo destas onze décadas, contribuíram para construir uma Caixa sólida, resiliente e próxima das comunidades.
Chegamos a este marco com uma posição financeira robusta e com a convicção de que é possível conciliar uma gestão prudente e sustentável com um forte compromisso para com o desenvolvimento económico e social da nossa região. É com esse espírito que continuaremos a trabalhar, mantendo-nos ao lado das famílias, das empresas e dos agentes económicos, contribuindo para o progresso do território e para o bem comum.
Bem-hajam. ●

CIMEIRA DO LEITE DA LACTOGAL

DEBATE O FUTURO DA FILEIRA E DESTACA INOVAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E CONHECIMENTO

TEXTO
PAULO MARQUES
CONFAGRI

No âmbito das comemorações do seu 30.º aniversário, o Grupo Lactogal promoveu, no Super Bock Arena, no Porto, a Cimeira do Leite, iniciativa que reuniu especialistas nacionais e internacionais, representantes institucionais, empresas e organizações do sector para refletir sobre os principais desafios e oportunidades da fileira leiteira.

Sob o lema "*Cuidamos da Origem, Alimentamos o Futuro*", a cimeira constituiu um espaço de reflexão estratégica sobre o papel do sector leiteiro na alimentação, na economia e no desenvolvimento sustentável, evidenciando a importância da inovação científica, da tecnologia e da cooperação entre os diferentes agentes da cadeia de valor.

A sessão de abertura contou com a intervenção do Presidente do Conselho de Administração do Grupo Lactogal, José Marques, que destacou a necessidade de antecipar tendências e construir, de forma colaborativa, uma visão de futuro para o sector. Na mesma sessão, a Ministra do Ambiente e da Energia, Maria da Graça Carvalho, sublinhou o carácter estruturante da produção leiteira para Portugal, salientando o seu contributo para a vitalidade dos territórios, para a coesão social e para a soberania e segurança alimentar.

Ao longo da cimeira foram abordados temas como a sustentabilidade ambiental da produção pecuária, o bem-estar animal, a nutrição e saúde, a valorização científica dos produtos lácteos e o contributo das novas tecnologias para uma produção mais eficiente e sustentável. A inovação na gestão de recursos, a economia circular, a biotecnologia e a valorização de ingredientes alimentares estiveram igualmente em destaque, refletindo a dinâmica de um sector em permanente evolução.

Numa mensagem vídeo de encerramento, o Ministro da Agricultura e Mar, José Manuel Fernandes, reforçou o papel estratégico da fileira leiteira para a segurança alimentar e para a competitividade da agricultura portuguesa, defendendo a continuidade do investimento na inovação e na valorização da produção nacional.

A CONFAGRI esteve representada nesta iniciativa pelo seu Presidente, Idalino Leão, associando-se a um momento de reflexão que reuniu os principais protagonistas da fileira e que evidenciou a importância de promover o diálogo entre produção, indústria, ciência e decisores públicos.

Mais do que assinalar três décadas de atividade do Grupo Lactogal, a Cimeira do Leite afirmou-se como um espaço de construção de futuro, demonstrando que a competitividade do sector dependerá da capacidade de conciliar inovação, sustentabilidade e criação de valor ao longo de toda a cadeia agroalimentar.

A participação da CONFAGRI nesta iniciativa traduz o reconhecimento de que o futuro do sector leiteiro se constrói através da cooperação, da inovação e da valorização do trabalho dos produtores, pilares essenciais para uma agricultura mais competitiva, sustentável e capaz de responder aos desafios da segurança alimentar. ●



1. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA LACTOGAL, JOSÉ MARQUES



2. ASSISTÊNCIA DA CIMEIRA COM A PRESENÇA DO PRESIDENTE DA CONFAGRI, IDALINO LEÃO



3. MINISTRA DO AMBIENTE E ENERGIA, MARIA DA GRAÇA CARVALHO

CONFAGRI PARTICIPA NA PRIMEIRA EDIÇÃO DA FEIRA AGRÍCOLA DE BRAGANÇA



1. ASSISTÊNCIA DO WORKSHOP "INCÊNDIOS RURAIS: ATUAR COM SEGURANÇA E EFICÁCIA NUMA SITUAÇÃO REAL"

TEXTO
PAULO MARQUES
CONFAGRI

A CONFAGRI marcou presença na primeira edição da Feira Agrícola de Bragança (FAB 2026), realizada entre os dias 18 e 21 de junho, na Quinta da Trajinha, iniciativa promovida pelo Município de Bragança com o objetivo de afirmar a agricultura, a pecuária e o mundo rural como pilares estratégicos do desenvolvimento económico e territorial da região.



2. TENDA CONFAGRI NA FEIRA AGRÍCOLA DE BRAGANÇA

Concebida como um espaço de partilha e encontro entre produtores, empresas, instituições, investigadores e visitantes, a feira reuniu demonstrações de maquinaria, tecnologia agrícola, concursos de raças autóctones, conferências, produtos regionais e momentos de divulgação técnica, procurando aproximar tradição, inovação e conhecimento num território profundamente marcado pela atividade agrícola.

A participação da CONFAGRI materializou-se através da **Tenda CONFAGRI**, onde a Confederação e algumas das suas Federações associadas deram a conhecer o trabalho desenvolvido em prol do sector cooperativo, promovendo simultaneamente a diversidade e a qualidade dos produtos cooperativos portugueses.

A presença neste certame constituiu também uma oportunidade para reforçar a importância do modelo cooperativo enquanto fator de competitividade, valorização da produção nacional e dinamização dos territórios rurais, aproximando os visitantes da realidade das cooperativas agrícolas e do papel que desempenham na economia local e nacional.

Um dos momentos de maior destaque da participação da CONFAGRI foi a realização do *workshop* **"Incêndios Rurais: Atuar com Segurança e Eficácia numa Situação Real"**, promovido pela FENAFLORESTA em parceria com a Confederação.

Durante a sessão, o Presidente da CONFAGRI, Idalino Leão, defendeu a necessidade de reforçar as políticas públicas orientadas para uma gestão mais produtiva do território e para o emparcelamento, considerando que estas medidas são fundamentais para reduzir o risco de incêndio e aumentar a resiliência das áreas rurais. Anunciou igualmente a intenção de desafiar o Ministério da Administração Interna a aproveitar a dimensão do sector cooperativo e a rede de balcões da CONFAGRI para reforçar a divulgação de recomendações de prevenção e segurança junto das populações.

Na mesma sessão, o Presidente da FENAFLORESTA, Armando Pacheco, destacou a importância da cooperação entre entidades públicas, municípios e organizações do sector na prevenção e combate aos incêndios rurais, defendendo uma atuação articulada e próxima dos territórios.



3. INTERVENÇÃO DE IDALINO LEÃO, PRESIDENTE DA CONFAGRI E ARMANDO PACHECO, PRESIDENTE DA FENAFLORESTA

A participação da CONFAGRI na primeira edição da Feira Agrícola de Bragança veio reforçar o compromisso da Confederação com a promoção do cooperativismo, a valorização da produção nacional e a divulgação de conhecimento técnico, contribuindo para o sucesso de uma iniciativa que pretende afirmar-se como uma nova referência para a agricultura do Norte de Portugal. ●

PRÉMIOS PORCO D'OURO 2026 DISTINGUEM EXCELÊNCIA E HOMENAGEIAM A RESILIÊNCIA DA SUINICULTURA

TEXTO
PAULO MARQUES
CONFAGRI

A Federação Portuguesa de Associações de Suinicultores (FPAS) realizou, no passado dia 10 de julho, em Torres Vedras, a cerimónia de entrega dos Prémios Porco d'Ouro 2026, uma edição particularmente simbólica que assinalou, em simultâneo, o 45.º aniversário da Federação e homenageou os produtores afetados pela tempestade Kristin, que no início do ano provocou elevados prejuízos em diversas explorações suinícolas.
Sob o lema **"Reerguer a Suinicultura"**, a iniciativa reuniu produtores, organizações do sector, entidades oficiais e diversas personalidades, entre as quais o Ministro da Agricultura e Mar, José Manuel Fernandes, num momento de reconhecimento da capacidade de recuperação e da resiliência demonstradas pelo sector perante um dos períodos mais difíceis dos últimos anos.



1. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA FPAS, DAVID NEVES



2. INTERVENÇÃO DO MINISTRO DA AGRICULTURA E MAR, JOSÉ MANUEL FERNANDES



3. SECRETÁRIO-GERAL DA CONFAGRI, NUNO SERRA, COM DIRETORA-GERAL DA DGAV, SUSANA POMBO E SUBDIRETOR-GERAL DA DGAV, MÁRIO SANTIAGO



4. SECRETÁRIO-GERAL DA CONFAGRI, NUNO SERRA, ENTREGA UM DOS PRÉMIOS DA CERIMÓNIA

A CONFAGRI marcou presença na cerimónia através do seu Secretário-Geral, Nuno Serra, que participou, inclusivamente, na entrega de um dos galardões atribuídos durante a sessão, associando-se ao reco-

nhecimento do trabalho desenvolvido pelos produtores e pelas empresas que diariamente contribuem para o fortalecimento da fileira suinícola nacional.

Os Prémios Porco d'Ouro assentam nos indicadores técnicos da plataforma BDporc Portugal, sistema desenvolvido pela FPAS em parceria com o IRTA e que, desde 2015, constitui uma referência nacional na avaliação do desempenho das explorações suinícolas. Ao longo das sucessivas edições, estes galardões têm contribuído para valorizar a excelência produtiva, incentivar a melhoria contínua das explorações e reforçar a competitividade do sector.

Na edição de 2026 foram atribuídos 41 prémios, entre um total de 102 nomeações. Para além das distinções relacionadas com a produtividade, a cerimónia destacou igualmente áreas consideradas estratégicas para o futuro da fileira. O Prémio Porco Diamante, entregue pelo Ministro da Agricultura e Mar, distinguiu a exploração com melhor desempenho global em matéria de produtividade, higiene, biossegurança e maneio. Foram ainda atribuídos os prémios dedicados às Raças Autóctones, reconhecendo o contributo dos produtores de Malhado de Alcobaça, Alentejano e Bísaro para a preservação deste importante património genético nacional, bem como os galardões Bem-Estar Animal FILPORC, que distinguiram as explorações com melhor desempenho no âmbito da certificação portuguesa de bem-estar animal para a carne de porco.

A CONFAGRI associou-se a esta iniciativa da FPAS, reconhecendo a importância de distinguir o mérito, a inovação e o esforço dos produtores nacionais. Num ano particularmente exigente para muitas explorações, marcado pelos efeitos das intempéries, iniciativas como os Prémios Porco d'Ouro constituem também uma forma de afirmar a confiança no futuro da suinicultura portuguesa e de reforçar o compromisso coletivo com a valorização de toda a fileira agroalimentar. ●



CONFAGRI PROMOVE WORKSHOPS PARA DEMOCRATIZAR A UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS DIGITAIS NA AGRICULTURA

TEXTO

CÁTIA PINTO, ISABEL SANTANA, CÁTIA ROSAS, ANTÓNIO BAIÃO, FERNANDO GONÇALVES, DOMINGOS GODINHO

CONFAGRI

A digitalização da agricultura pode e deve chegar a todos. No âmbito do projeto europeu COM-PACTO, coordenado pela INOVA+, a CONFAGRI promoveu, durante o mês de abril, oito *Smart Tools Workshops* dedicados à utilização de ferramentas digitais acessíveis aplicadas à agricultura. As sessões decorreram em hortas comunitárias, hortas familiares e cooperativas agroalimentares do Norte e Centro do país.

Esta iniciativa foi desenvolvida em parceria com a INOVA+ e contou com o apoio de vários parceiros locais, cuja proximidade aos territórios foi determinante para garantir a participação de públicos com menor acesso à inovação digital. Entre os parceiros envolvidos estiveram a LIPOR, Município de Valongo, Cooperativa Agrícola de Valongo, União das Freguesias de Oliveira do Mondego e Travanca do Mondego, Câmara Municipal de Tábua, Cooperativa Agrícola de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, Escola Agrícola Marco de Canaveses -EPAMAC, Câmara Municipal de Torres Vedras e APPACDM Viseu.

O principal objetivo destes *workshops* foi dar a conhecer e promover a adoção de ferramentas digitais acessíveis junto de agricultores, técnicos, comunidades locais e estudantes, reforçando uma aprendizagem muito prática sobre digitalização e gestão inteligente de recursos. Ao longo das sessões, foi também sublinhada a importância destas tecnologias para uma agricultura mais sustentável, mais eficiente e mais preparada para responder aos desafios da segurança alimentar, bem como, sensibilizar os participantes sobre a Política Agrícola Comum (PAC).

Mais do que uma ação de divulgação, os *workshops* afirmaram-se como verdadeiros espaços de aprendizagem prática, de aproximação entre a inovação tecnológica e a realidade agrícola e de valorização dos saberes e tradições locais.

A transformação digital no sector agrícola pode ser simples, acessível e útil no dia a dia, desde que ajustada à escala das explorações agrícolas, permitindo aos agricultores identificar melhor os seus objetivos, conhecer a sua parcela e tomar decisões para a gestão das suas culturas com base em dados e evidências. ●



1. WORKSHOP REALIZADO EM PARCERIA COM A COOPERATIVA AGRÍCOLA DE VALONGO E CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO



2. WORKSHOP REALIZADO NA COOPERATIVA AGRÍCOLA DE ARCOS DE VALDEVEZ E PONTE DA BARCA

COOPERATIVAS OLIVÍCOLAS REFLETEM SOBRE ESTRATÉGIAS PARA REFORÇAR A QUALIDADE DO AZEITE

TEXTO
PATRÍCIA FALCÃO DUARTE
FENAZEITES

A reflexão sobre estratégias para melhorar a qualidade do azeite reuniu, no dia 18 de junho, cooperativas do sector olivícola em Alvito. Promovido pela FENAZEITES – Federação Nacional das Cooperativas de Olivicultores, e pela sua associada UCASUL – União de Cooperativas Agrícolas do Sul, com o apoio da CONFAGRI, o encontro constituiu um importante momento de partilha de experiências e boas práticas entre organizações do sector.
O evento reuniu representantes de treze cooperativas olivícolas, técnicos e dirigentes, promovendo o intercâmbio de conhecimentos, experiências e boas práticas ao longo de toda a cadeia de valor.



1. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA UCASUL E ADMINISTRADOR DA CONFAGRI, ANTÓNIO BRITO

A sessão de abertura foi assegurada pelo Presidente da Câmara Municipal de Alvito, José Manuel Efigénio, que lembrou a importância crescente do sector olivícola e a relevância do papel da UCASUL na região. Em seguida, o Presidente da AIFO – Associação Interprofissional da Fileira Olivícola, Fernando do Rosário, fez um enquadramento do tema e da necessidade deste tipo de eventos.
A intervenção técnica denominada "Medidas de Melhoria da Qualidade do Azeite" foi assegurada por Paula Bico, Diretora de Serviços de Nutrição e Alimentação da DGAV – Direção Geral da Alimentação e Veterinária e incidiu na questão dos MOSH-MOAH e respetivas medidas de prevenção e mitigação.
Foram igualmente abordados temas fundamentais para a valorização do azeite produzido pelas cooperativas, nomeadamente o reforço dos procedimentos de controlo de qualidade e a importância da formação contínua dos produtores e operadores.
Seguiu-se um debate moderado pelo administrador da CONFAGRI e presidente da UCASUL, António Brito.
A sessão de encerramento foi assegurada pela Secretária-Geral da FENAZEITES, Patrícia Falcão Duarte que destacou a necessidade de apostar na formação dos olivicultores e apelou a todas as cooperativas presentes para trabalharem em conjunto de modo a promoverem a evolução e a competitividade do sector cooperativo olivícola.



2. ASPETO GERAL DA SALA



3. INTERVENÇÃO DA SECRETÁRIA-GERAL DA FENAZEITES, PATRÍCIA FALCÃO DUARTE

O encontro constituiu um importante momento de cooperação entre as organizações presentes, reafirmando o compromisso das cooperativas com a produção de azeites de elevada qualidade e com a valorização do trabalho desenvolvido pelos olivicultores portugueses. ●

COOPERATIVAS EM DESTAQUE NA CELEBRAÇÃO DOS 20 ANOS DO VALORFITO

TEXTO
PAULO MARQUES
CONFAGRI

A celebração do 20.º aniversário do Valorfito constituiu um momento de reconhecimento do percurso desenvolvido por este sistema integrado de gestão de resíduos agrícolas, bem como do compromisso dos diferentes parceiros que, ao longo das últimas duas décadas, têm contribuído para reforçar a sustentabilidade da agricultura portuguesa e a promoção da economia circular.

A cerimónia, que reuniu representantes do sector agrícola, operadores, pontos de retoma e entidades parceiras, ficou igualmente marcada pela entrega dos Prémios Valorfito, que distinguiram as organizações que mais se destacaram pelo seu desempenho e contributo para o fortalecimento do sistema durante o último ano.

Na ocasião, o Diretor-Geral do Valorfito, António Lopes Dias, salientou que os 20 anos da entidade representam "o resultado de um esforço coletivo muito significativo de todo o sector agrícola", destacando a evolução alcançada ao longo destas duas décadas e o compromisso dos diferentes parceiros na construção de um sistema cada vez mais robusto e alinhado com os objetivos ambientais.

A CONFAGRI esteve representada na sessão pela Secretária-Geral Adjunta, Aldina Fernandes, e pelo Coordenador Técnico, Augusto Ferreira, reafirmando o compromisso da Confederação com a promoção de práticas ambientalmente responsáveis e com a valorização do papel das cooperativas na gestão sustentável dos resíduos agrícolas.

O sector cooperativo continua a assumir um papel particularmente relevante no sistema Valorfito. Atualmente, encontram-se 142 cooperativas inscritas como Pontos de Retoma, tendo estas recolhido, em 2025, 84,5 toneladas de resíduos, o que corresponde a 11,5% do total recolhido pelo sistema nesse ano. Estes números evidenciam o contributo das cooperativas para a implementação de boas práticas ambientais e para a sensibilização dos agricultores para a correta gestão das embalagens e resíduos agrícolas.



1. ANTÓNIO LOPES DIAS, DIRETOR-GERAL DO VALORFITO; ALDINA FERNANDES, SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA DA CONFAGRI E AUGUSTO FERREIRA, COORDENADOR DO DEPARTAMENTO TÉCNICO DA CONFAGRI

Entre as distinções atribuídas nesta edição, merece especial destaque a Cooperativa Agrícola do Bebedouro, que recebeu o Prémio Nacional Cooperativa e o Prémio Crescimento – Litoral Centro, reconhecendo o trabalho desenvolvido na dinamização da recolha de resíduos agrícolas e o seu contributo para o fortalecimento da rede Valorfito. O Prémio Nacional Cooperativa foi entregue por Aldina Fernandes, em representação da CONFAGRI.

Ao assinalar duas décadas de atividade, o Valorfito reafirmou o seu compromisso de continuar a promover soluções cada vez mais eficazes para a gestão responsável dos resíduos agrícolas, num contexto em que a sustentabilidade ambiental constitui um desafio crescente para todo o sector.

A participação ativa das cooperativas demonstra que o modelo cooperativo continua a ser um parceiro indispensável na concretização destes objetivos, colocando a sua proximidade aos agricultores ao serviço da adoção de boas práticas ambientais e da construção de um sector agroalimentar preparado para responder aos desafios do futuro. ●



2. ALDINA FERNANDES, SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA DA CONFAGRI ENTREGA PRÉMIO NACIONAL COOPERATIVA À COOPERATIVA AGRÍCOLA DO BEBEDOURO

ADEGA COOPERATIVA DE SÃO MAMEDE DA VENTOSA CELEBRA 70 ANOS DE HISTÓRIA AO SERVIÇO DO COOPERATIVISMO VITIVINÍCOLA

TEXTO
PAULO MARQUES
CONFAGRI



1. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ADEGA COOPERATIVA DE S.MAMEDE DA VENTOSA, NUNO SILVA

A Adega Cooperativa de São Mamede da Ventosa assinalou, no passado dia 20 de junho, o seu 70.º aniversário com uma cerimónia comemorativa que reuniu cerca de três centenas de cooperantes, dirigentes, colaboradores, representantes institucionais e entidades do sector, num momento de celebração da história, do percurso e do futuro de uma das mais emblemáticas cooperativas vitivinícolas portuguesas.

Fundada em 1956, a Adega Cooperativa de São Mamede da Ventosa construiu, ao longo de sete décadas, um percurso marcado pelo crescimento sustentado, pela capacidade de adaptação e pela valorização do trabalho coletivo dos seus associados. Atualmente reúne cerca de meio milhar de viticultores, representa aproximadamente 2.000 hectares de vinha e assegura uma produção média anual na ordem dos 20 milhões de litros de vinho, afirmando-se como uma das maiores estruturas cooperativas do sector vitivinícola nacional.

As comemorações constituíram também uma oportunidade para recordar o caminho percorrido e reafirmar a aposta na inovação, na qualidade e na valorização do território. Durante a cerimónia foi apresentado o "Reserva Especial 70 Anos", uma edição comemorativa limitada a 1.956 garrafas, produzida a partir da casta Touriga Nacional e criada como homenagem à história, ao território e ao saber-fazer de gerações de cooperantes.

O programa integrou ainda diversas intervenções institucionais que destacaram o papel desempenhado pela cooperativa no desenvolvimento económico e social da região, bem como a sua capacidade para conciliar tradição, modernização e afirmação dos vinhos portugueses nos mercados.

Paralelamente ao investimento contínuo na melhoria da produção e da qualidade dos seus vinhos, a Adega tem vindo igualmente a reforçar a valorização do seu património. O antigo edifício da Junta Nacional do Vinho foi recentemente recuperado para acolher novos projetos, a loja da Adega e um futuro núcleo museológico dedicado à preservação da memória coletiva da instituição e da vitivinicultura local.

A CONFAGRI associou-se a esta celebração, marcando presença na cerimónia comemorativa e congratulando a Adega Cooperativa de São Mamede da Ventosa pelo seu percurso de sete décadas ao serviço dos viticultores e do cooperativismo agrícola português.

Os 70 anos agora assinalados representam muito mais do que uma efeméride. Constituem o reconhecimento de um projeto coletivo que soube crescer sem perder a sua identidade cooperativa, afirmando-se como exemplo de organização, inovação e criação de valor para os seus associados e para o território. Num contexto em que o cooperativismo continua a desempenhar um papel



2. REPRESENTANTE DA CONFAGRI, AUGUSTO FERREIRA

determinante na competitividade do sector agroalimentar, o percurso da Adega Cooperativa de São Mamede da Ventosa demonstra como a união, a



3. ALGUNS DOS CONVIDADOS PRESENTES

visão de longo prazo e o compromisso com a qualidade permanecem fatores essenciais para enfrentar os desafios do futuro. ●

INDICADORES DO VALOR SOCIAL DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS



TEXTO

AMÉRICO M. S. CARVALHO MENDES[A]
ALEXANDRE TOMÉ LEITE[B]

[A] Professor Associado de Economia da CPBS — Católica Porto Business School e Co-Coordenador da ATES — Área Transversal de Economia Social da Universidade Católica Portuguesa (Porto); [B] Economista

Neste artigo são apresentados os objetivos e a metodologia da componente do projeto de investigação BestCoopMed – Excelência da Organização da Produção em Cooperativas Agroalimentares na Europa Mediterrânica[1] correspondente à medição do valor social das cooperativas agrícolas.

Estas cooperativas desempenham um papel relevante nas zonas rurais, onde, para além da geração de rendimento, também contribuem para a coesão social e territorial. Os indicadores propostos procuram medir algumas componentes destes contributos.

A orientação do trabalho foi no sentido de selecionar indicadores SMART o que aqui significa o seguinte:

1. *"Specific":* os indicadores devem captar contributos específicos das cooperativas nos seguintes domínios referidos na introdução:
   - Geração de valor económico, mais precisamente, geração de rendimento em benefício dos seus associados e dos seus territórios;
   - Contributos para a coesão social;
   - Contributos para a coesão territorial;
2. *"Measurable":* os indicadores devem ser mensuráveis ao nível de cada cooperativa;
3. *"Attainable":* a mensuração dos indicadores deve ser exequível por parte das próprias cooperativas a que se referem;
4. *"Relevant":* os indicadores devem ser relevantes para a mensuração do valor aqui em questão;
5. *"Time bound":* os indicadores devem ser relativos a um período de tempo bem definido;

Além destes critérios também foram tidos em consideração os seguintes:

6. Comparabilidade e utilidade para *benchmarking:*
   - Os indicadores devem permitir comparações entre cooperativas diversas em termos de atividades e dimensão económica, o que pode ser conseguido se tiverem a natureza de rácios;
7. Facilidade de comunicação:
   - Os indicadores devem ser simples no sentido do seu significado ser fácil de comunicar e explicar aos cooperantes e ao resto da sociedade.

Nos critérios atrás referidos, o da exequibilidade merece uma referência especial. É importante que os indicadores propostos neste estudo possam ser internalizados pelas cooperativas de maneira a estas conseguirem, por si próprias, ir atualizando os seus valores ao longo do tempo. Por esta razão, não podem ser indicadores exigentes em termos de recolha de informação. Devem ser indicadores facilmente calculáveis com base em informação que as cooperativas têm de produzir todos os anos, ou que exijam outra informação que já esteja disponível. É o caso das demonstrações financeiras.

Para medir as três componentes atrás propostas do valor social das cooperativas no estudo, são propostos oito indicadores organizados em três grupos:

- Indicadores de Valor Económico que medem a capacidade da cooperativa de gerar rendimento para distribuir pelos seus associados e para investir no desenvolvimento das suas atividades (indicadores I1 e I3);
- Indicadores de contributos para a Coesão Territorial que medem vários modos das cooperativas contribuírem para a geração de rendimento e de emprego nas suas economias locais, tendo também em conta a situação das que se localizam em zonas de baixa densidade demográfica (indicadores I2, I5, I6.1 e I6.2);
- Indicadores de Desenvolvimento Comunitário que medem os apoios das cooperativas para atividades culturais, recreativas, desportivas e de apoio social na comunidade envolvente e as suas ações de trabalho em parceria com outras entidades (indicadores I4 e I7).

I1 – Indicadores tipo "Central de Balanços"

Por indicadores tipo "Central de Balanços" entende-se aqui um conjunto de indicadores calculados com base nas demonstrações financeiras das cooperativas que permitem analisar a estrutura dos seus rendimentos e gastos, o seu equilíbrio financeiro a curto e longo prazo e os fatores que influenciam a rentabilidade da sua atividade. Avalia-se aqui a capacidade de geração de rendimento que pode ser distribuída pelos associados ou reinvestida no desenvolvimento da cooperativa.

I2 — Multiplicador de rendimento local

Este indicador procura tomar em consideração o facto de que as cooperativas, ao captarem rendimento para o seu território, nomeadamente através do valor dos bens e serviços que exportam para fora desse território, têm um efeito multiplicador nas suas economias locais. Este multiplicador mede por quanto é multiplicado na economia local cada euro que a cooperativa capta do exterior para o seu território de intervenção.

I3 — Percentagem do resultado líquido no Valor Acrescentado Bruto da cooperativa

Este indicador mede a proporção do Resultado Líquido da cooperativa relativamente ao Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerado pela sua atividade, ou seja, a parte deste valor com que a cooperativa pode contar para distribuir resultados aos seus associados ou para investir no desenvolvimento das suas atividades.

I4 — Contributos para atividades comunitárias
Este indicador mede a percentagem do total dos gastos que corresponde a donativos e outros contributos da cooperativa para atividades sociais, culturais, recreativas e desportivas na comunidade onde se insere.

I5 — Presença em territórios de baixa densidade populacional
Este indicador procura medir o contributo das cooperativas para o combate às disparidades territoriais, através da sua presença em territórios caracterizados por baixa densidade populacional, tendo duas componentes:

- I5.1 - a percentagem de freguesias pertencentes à área social da cooperativa que apresentam uma densidade populacional inferior à média nacional;
- I5.2 - a percentagem de freguesias do concelho onde se localiza a sede da cooperativa que se encontram nessa mesma situação,

I6 — Geração de emprego e de rendimento para a população local
As cooperativas agrícolas contribuem para a geração de emprego e para o rendimento da população local. Para medir estes contributos selecionaram-se os dois indicadores seguintes:

- I6.1 - percentagem de trabalhadores da cooperativa que vivem na área social;
- I6.2 - percentagem dos gastos com pessoal relativos a trabalhadores que vivem na área social.

I7 — Promoção do trabalho em parceria
Este indicador procura avaliar em que medida as cooperativas desenvolvem ações em parceria com outras organizações, tendo duas componentes:

- I7.1 - percentagem do volume de negócios da cooperativa realizado com parceiros;
- I7.2 - percentagem de investimentos realizados em consórcio no total de investimentos efetuados pela cooperativa:

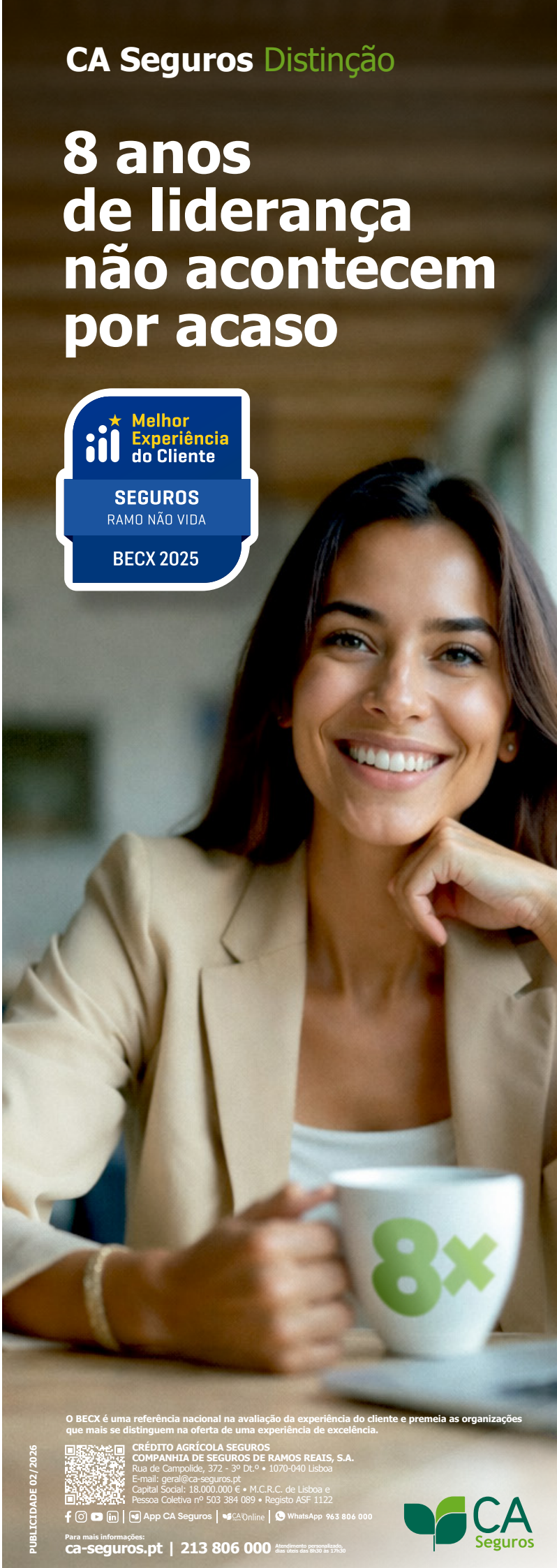
Em conjunto, estas duas componentes permitem analisar a promoção do trabalho em parceria em duas dimensões complementares: por um lado, a intensidade das relações económicas com parceiros no desenvolvimento da atividade corrente da cooperativa, e, por outro, o grau de cooperação estratégica através da realização de investimentos conjuntos.
Este conjunto de indicadores foi discutido e trabalhado com a equipa técnica da CONFAGRI e com seis cooperativas[2] que forneceram dados para o seu cálculo, com resultados que constam do relatório do estudo.
Os resultados evidenciam uma realidade heterogénea entre cooperativas e revelam oportunidades de valorização, sobretudo ao nível do desenvolvimento comunitário, incentivando uma reflexão sobre o reforço deste contributo. ●

Os resultados poderão ser consultados em:
https://bestcoopmed.pt/resultados/

NOTAS:

1 Projeto financiado pelo PRR — Plano de Recuperação e Resiliência, no âmbito das suas linhas 10.2 (Capacitação) e 10.5 (Inovação Organizacional).

2 ACS – Adega Cooperativa de Silgueiros, CRL; CABB – Cooperativa Agrícola de Beja e Brinches, CRL; CAB – Cooperativa Agrícola do Bombarral, CRL; CAPOLIB – Cooperativa Agrícola de Boticas, CRL; CAE – Cooperativa Agrícola de Esposende, CRL; CAPEMEL – Cooperativa de Apicultores Produtores e Embaladores de Mel, CRL.



SOUTOS SUSTENTÁVEIS EM VINHAIS: A DEMONSTRAÇÃO PASSA PARA O TERRENO

TEXTO
CÁTIA ROSAS , CÁTIA PINTO, DOMINGOS GODINHO E PEDRO PINTO
CONFAGRI

Num contexto em que as alterações climáticas colocam novos desafios à produção de castanha, o projeto Soutos Sustentáveis em Vinhais pretende demonstrar que uma gestão mais eficiente da água e do solo pode aumentar a resiliência e a sustentabilidade dos soutos.

Depois da instalação dos campos de demonstração, o projeto passou agora à fase de validação em contexto real, aproximando agricultores, técnicos e investigadores da experimentação e avaliação de boas práticas no terreno.

Os quatro campos de demonstração instalados em Mofreita, Moimenta, Travanca e Candedo (todos eles no concelho de Vinhais) têm acompanhamento técnico e dispõem de sistemas de monitorização em tempo real das condições do solo (humidade, temperatura e condutividade eléctrica), das condições meteorológicas e do estado hídrico das plantas. Os dados recolhidos apoiam decisões de gestão mais eficientes e reforçam a resiliência dos soutos face às alterações climáticas.

Nesta nova fase já foram realizadas duas visitas públicas aos campos de demonstração, em abril e julho, reunindo agricultores, técnicos e investigadores em momentos de observação, demonstração e partilha de conhecimento. Os participantes puderam observar perfis de solo, estações de monitorização e práticas de gestão em soutos de sequeiro e regadio, bem como os dados das ferramentas digitais que acompanham, em tempo real, as culturas e respetivos indicadores importantes para a gestão da água.

As duas ações envolveram cerca de oito dezenas de participantes, incluindo academia, técnicos e produtores da Galiza, evidenciando o interesse que estas metodologias suscitam na Península Ibérica, reforçando o valor da cooperação entre regiões com desafios comuns na adaptação da castanicultura às alterações climáticas.

Paralelamente foram já produzidas três fichas técnicas dedicados à agroecologia dos soutos, às boas práticas de rega e à caracterização dos quatro campos de demonstração, disponibilizando informação prática para produtores e técnicos.

Nas próximas semanas, o projeto continuará a promover ações de intercâmbio, incluindo uma visita técnica à Galiza, em setembro, e uma nova visita aos campos de demonstração no final de outubro ou início de novembro.

Com estas iniciativas o Projeto continua a consolidar uma rede de aprendizagem entre agricultores, técnicos e investigadores, baseada na demonstração em campo, na partilha de experiências e na utilização de ferramentas de monitorização que apoiam uma gestão mais sustentável e informada dos soutos.

As Fichas técnicas, notícias e restantes materiais produzidos encontram-se disponíveis na página do projeto. Para mais informações sobre as próximas iniciativas, os interessados poderão contactar a equipa da CONFAGRI. ●

https://www.confagri.pt/soutos-sustentaveis-em-vinhais/
confagri.inovacao@confagri.pt



1. PRIMEIRA VISITA AOS CAMPOS DE DEMONSTRAÇÃO DO PROJETO SOUTOS SUSTENTÁVEIS



2. SEGUNDA VISITA AOS CAMPOS DE DEMONSTRAÇÃO DO PROJETO SOUTOS SUSTENTÁVEIS

CA SEGUROS REGISTA O MENOR RÁCIO DE RECLAMAÇÕES NO RAMO AUTOMÓVEL EM 2025

A CA Seguros voltou a evidenciar-se no Relatório de Regulação e Supervisão da Conduta de Mercado 2025, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), ao registar o menor rácio de reclamações abertas no ramo Automóvel entre as seguradoras não vida. Em 2025, a Companhia apresentou um rácio de 0,10 reclamações por cada 1.000 veículos seguros, um valor cerca de oito vezes inferior à média do mercado, que se situou em 0,80. Este resultado evidencia a qualidade do serviço prestado aos Clientes e reforça a consistência da atuação da CA Seguros num ramo particularmente relevante para as famílias e empresas portuguesas.

Face ao ano anterior, a evolução é igualmente positiva. Em 2024, a CA Seguros registava já um rácio reduzido, de 0,18 reclamações por 1.000 veículos seguros, tendo melhorado esse indicador para 0,10 em 2025. No mesmo período, a média do mercado passou de 0,87 para 0,80.

"Este resultado é motivo de orgulho para toda a equipa da CA Seguros e confirma o compromisso da Companhia com a qualidade, a proximidade e a confiança dos Clientes. A melhoria registada em 2025 demonstra a consistência do trabalho desenvolvido e reforça a nossa determinação em continuar a elevar os padrões de serviço", afirma João Pedro Borges, Presidente do Conselho de Administração Executivo da CA Seguros.

A CA Seguros reafirma, assim, o seu compromisso com a melhoria contínua, a eficiência na gestão da relação com os Clientes e a prestação de um serviço assente em elevados padrões de qualidade, proximidade e confiança. ●



CONFAGRI INTEGRA CENTRO PAN-MEDITERRÂNICO DE EXCELÊNCIA PROFISSIONAL PARA O SECTOR OLIVÍCOLA

TEXTO
CÁTIA PINTO
DOMINGOS GODINHO
CONFAGRI

Recentemente, a CONFAGRI viu aprovado o projeto ELIA – *Excellence and Learning for the Innovation of Agriculture*, uma iniciativa financiada pelo Programa Erasmus+ que reúne 21 parceiros de sete países europeus com o objetivo de criar um Centro de Excelência Profissional (CoVE) dedicado ao sector olivícola.

Coordenado pela Epihal - Epimelitirio Chalkidiki, na Grécia, o projeto reúne universidades, câmaras de comércio, cooperativas agroalimentares, organismos de investigação e PMEs, com vista à construção de um ecossistema integrado de excelência profissional - do olival ao mercado e da sala de aula à empresa.

Portugal, Espanha, Itália, Grécia, Chipre, Croácia e Turquia irão promover a aprendizagem, a inovação e a sustentabilidade no sector do azeite, uma das atividades agroalimentares mais tradicionais da Europa, mas também uma das mais expostas e vulnerável aos desafios atuais. O projeto pretende dar resposta aos desafios colocados pelas alterações climáticas, pela transição digital, pelo desajuste de competências, pela renovação geracional, pelas novas expectativas e exigências dos consumidores e pelo risco de exclusão das zonas rurais.

O projeto ELIA, com duração prevista até abril de 2030, estrutura-se em cinco objetivos específicos:

1) Criar um ecossistema CoVE transfronteiriço, ligando entidades de formação profissional, agentes do sector do azeite, organismos de investigação e decisores políticos.
Meta: envolver mais de 60 entidades parceiras e partes interessadas.

2) Desenvolver e testar um currículo de formação profissional inovador, modular, flexível e adaptado às necessidades do sector, integrando competências verdes, digitais e empreendedoras.
Meta: criar e validar 10 unidades modulares e 4 microcredenciais.

3) Conceber um quadro de microcredenciais acumuláveis, alinhado com as orientações da UE e adaptado ao sector olivícola.
Meta: desenvolver e validar 4 microcredenciais.

4) Promover a mobilidade e a aprendizagem em contexto de trabalho, através de programas de mobilidade e estágios nacionais e transfronteiriços que articulem formação e experiência prática.
Meta: envolver 140 participantes em ações de mobilidade e aprendizagem em contexto de trabalho.

5) Impulsionar a adoção de políticas de apoio ao sector, envolvendo autoridades nacionais e europeias para assegurar o reconhecimento e a sustentabilidade dos resultados do projeto.
Meta: produzir 5 documentos de orientação e recomendações políticas.

No âmbito deste projeto, a CONFAGRI participará ativamente no desenvolvimento de conteúdos formativos, na validação de novas metodologias de ensino e aprendizagem e na promoção da transferência de conhecimento para agricultores, cooperativas e restantes agentes da fileira olivícola, contribuindo para reforçar a qualificação e a competitividade do sector.



1. FOTO DE GRUPO COM OS PARCEIROS DO PROJETO ELIA

Os interessados em acompanhar o desenvolvimento dos currículos e das restantes atividades do projeto podem contactar a equipa da CONFAGRI através do endereço eletrónico: confagri.inovacao@confagri.pt ●

Entregue as embalagens vazias

de produtos fitofarmacêuticos, biocidas, sementes, fertilizantes, rações e batata de semente num ponto de retoma Valorfito.

Faça como a Família Prudêncio®

valorfito®
Em campo por amor à terra.



Informe-se em www.valorfito.com
ou num Ponto de Retoma Valorfito.

SIGERU . Sistema Integrado de Gestão de Embalagens e Resíduos em Agricultura, Lda.

R. General Ferreira Martins,nº 10 - 6º A . 1495-137 Algés
T. +351 214 107 209 // contacto.valorfito@sigeru.pt

CA Empresas



PME Líder e Excelência 2026

A produção não pode parar. O crescimento também não.

Para PME líderes, a excelência não é opção, é o ponto de partida.

IAPMEI TURISMO DE PORTUGAL PME líder'25 PME excelência'24

A atribuição dos estatutos PME Líder e PME Excelência é da exclusiva responsabilidade do IAPMEI e do Turismo de Portugal

PUBLICIDADE

Para mais informações:
creditoagricola.pt

Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L. registada junto do BdP sob o n.º 9000

CA Crédito Agrícola